



# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI — Nº 2.191-42 — Brasília, 1º a 7 de agosto de 2005

EDIÇÃO SEMANAL

Presidente da CPI afirma que população está atenta e não aceita nenhuma "operação-abafa"

## Delcidio garante que a CPI "não vai acabar em *pizza*"

Em entrevista ao **Jornal do Senado**, o presidente da CPI dos Correios, Delcidio Amaral, destaca que, com o reforço da equipe técnica, a comissão poderá apresentar relatórios preliminares em menos de 20 dias. O senador adverte que "tentar colocar panos quentes num processo que a imprensa toda tem acompanhado de perto é desrespeitar a consciência da população sobre a gravidade do que tem sido revelado".

Nesta terça-feira, o deputado José Dirceu presta depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, onde deverá comparecer Roberto Jefferson, autor das denúncias do "mensalão". O senador Eduardo Suplicy apela a José Dirceu: "Venha trazer toda a verdade. Fará bem aos brasileiros, ao PT, a você e ao presidente Lula". Na quarta-feira, a CPI ouve as pessoas apontadas como os maiores sacadores das contas de Marcos Valério.

PÁGINAS 3 A 8



Atividades da CPI Mista dos Correios exigem negociações constantes de senadores e deputados, como Maguito Vilela, ACM Neto e Jorge Bittar

### — cidadania

#### O papel dos partidos na democracia brasileira

*Especial Cidadania* permite conhecer os 28 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e as propostas de reforma política.

PÁGINA 16

### Crimes de -informática

#### Projeto que pune delito eletrônico deve ser votado ainda este mês

Tramita em regime de urgência a proposta que torna a legislação mais eficaz no combate aos crimes cometidos na área de informática. No Senado e na Câmara, mais de 80 projetos tratam de temas relacionados à sociedade da informação.

PÁGINA 10

### e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

## Renan lança campanha contra venda de armas

PÁGINA 2





**CRISE POLÍTICA** O presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral, garante seriedade das investigações

# "A opinião pública não aceita pizza"



Prestes a completar dois meses de trabalho, a CPI dos Correios vai dar uma pausa nos depoimentos, longos e repletos de negativas dos investigados, e concentrar os esforços nos documentos em posse da comissão.

- Vamos cruzar boa parte das informações. E você não pode brigar com número, com fatos consumados - afirmou o senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI. Em entrevista a Carol Siqueira, do **Jornal do Senado**, na última sexta-feira, o senador disse que "a opinião pública não vai aceitar que a CPI termine em *pizza*".

A equipe técnica da comissão foi reforçada para acelerar a análise dos sigilos bancários dos envolvidos nas denúncias. A idéia é dar condições

para que os parlamentares possam apresentar relatórios preliminares nos próximos 20 dias.

A CPI também vai enviar à Procuradoria Geral da República dados que comprovam a tentativa de ocultação de provas e de crime fiscal por parte do empresário Marcos Valério, que justificariam sua prisão preventiva, aprovada na semana passada pela comissão.

O ritmo acelerado da CPI se reflete na fisionomia de Delcídio, mais magro e visivelmente cansado. O senador divide o seu tempo entre os trabalhos da CPI e entrevistas. A pior parte de ser presidente de CPI, ressalta, é a tensão constante no seu dia-a-dia.

- A energia é muito ruim. São coisas que fazem mal pra mente, pra alma e pra saúde.

A melhor parte vai ser o desfecho. "Sem *pizza*", reforçou.



Delcídio Amaral diz que a CPI pode mudar "essa posição tão simplista de jogar a culpa só no crime eleitoral"

**Já se fala na articulação de uma *pizza* na CPI dos Correios ou de um acordão, que sacrificaria poucos para salvar muitos. Isso vai acontecer?**

Não participei de nenhuma conversa nesse sentido. Essa é uma CPI midiática, que tem sido acompanhada de perto pela mídia, o que impede qualquer "operação-abafa" ou manobra jurídica para favorecer alguém. Tentar colocar panos quentes num processo em que a imprensa toda tem acompanhado de perto é desprezar a consciência da população sobre a gravidade do que tem sido revelado. A opinião pública não vai aceitar *pizza*.

**O excesso de denúncias, a busca por mais nomes e por fatos novos têm tirado a perspectiva dos trabalhos?**

Essa CPI está sendo mais atropelada pelos fatos que as outras. É uma CPI que todo mundo assiste, que todo mundo critica. Tem mocinho, tem vilão, tem de tudo. Mas eu acho que, a partir de agora, os subsídios vão dar qualidade aos trabalhos. A CPI sai um pouco do *showbusiness* e entra numa fase melhor, mais qualitativa. Vamos fazer a investigação que nós temos de fazer.

**Os depoimentos acrescentam pouco à investigação, uma vez que a maioria dos depoentes negam todas as acusações?**

Os depoimentos são importantes para pegar detalhes, informações adicionais. Mas eu não estou muito preocupado em tomar novos depoimentos. Com os dados que temos, vamos cruzar boa parte das informações. E você não pode brigar com número, com fatos consumados. É por aí que a gente vai nortear os trabalhos.

**Alguns parlamentares denunciaram que os documentos encaminhados pelo STF não estariam completos, porque foram anunciados como "pólvora pura", mas não passaram de "traque". Houve triagem das informações?**

Eu não acredito nisso, é uma coisa inadmissível. Eu não fiquei surpreso com a falta de novidade desses documentos do STF, porque eles eram anotações sobre transações bancárias. A partir do momento em que a CPI quebrou o sigilo das empresas de Marcos Valério, seria muito estranho se as informações não batessem. Evidentemente que poderiam existir outras listas, não das transações do Banco Rural, mas com pessoas que receberam os recursos em outros lugares. Sobre informação bancária, não poderia aparecer nada de diferente.

**O senhor já reclamou da publicação dos sigilos pela imprensa. Há imprudência em relação aos dados?**

A imprensa não tem culpa, mas os parlamentares, sim. O problema é que divulgam as informações antes que elas sejam trabalhadas, o que gera conclusões erradas.

**Como uma pessoa como Marcos Valério movimentou mais de R\$ 470 milhões sem identificação e passa despercebido pelas instituições de fiscalização financeira?**

Eu conversei bastante sobre isso com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. A gente nota que há problemas, até omissão de informações. Por isso vamos aproveitar a CPI para fazer uma reavaliação e um aperfeiçoamento nos controles do sistema financeiro, sem esperar o relatório final.

**A eficiência dos órgãos de fiscalização já foi questionada por CPIs passadas, como a do Banestado e a do Collor, que sugeriram mudanças não implementadas. Assistimos a uma nova versão de uma velha história?**

Não acho. O sistema financeiro brasileiro é um sistema complexo e nós crescemos bastante nos últimos anos. Os demonstrativos financeiros da CPI vão permitir uma

avaliação para detectar exatamente quem errou, onde errou e em que momento a fiscalização foi prejudicada. Os dados vão mostrar, e não podemos brigar com eles, nem contra os fatos.

**Existe o "mensalão" denunciado pelo deputado Roberto Jefferson?**

Ainda não podemos afirmar isso. Temos apenas a distribuição de recursos ao longo do tempo, que vamos cruzar com outros dados, tipo migração partidária, votações importantes no Congresso.

**Com o avanço da CPI dos Correios, tem sentido a CPI do Mensalão?**

Eu vou conversar com o senador Amir Lando [*que preside a CPI do Mensalão*], para ajustar onde começa a competência de uma e termina a da outra. Mas acho que as investigações da CPI dos Correios devem prevalecer, porque já estamos muito na frente.

**Com o agravamento das denúncias, os petistas saíram da negação e passaram a fazer *mea culpa*?**

Os parlamentares petistas já entenderam muito bem a gravidade das denúncias. No início, havia aquela dúvida, aquele enfrentamento, mas os fatos comprovam que inegavelmente aconteceram situações que abalaram a imagem do PT e também do Congresso.

A CPI é um momento muito doloroso, mas pode ser importante para resgatar a imagem do PT.

**As denúncias nivelaram todos por baixo? O PT acabou?**

Não. O PT é maior que isso, apesar de tudo. Os acontecimentos foram circunscritos a algumas pessoas. O PT vai entender e vai amadurecer tudo isso.

**O senhor já ouviu conversas de parlamentares que pensam em sair do PT?**

Não ouvi isso de ninguém e não acho que vá acontecer. O PT está tomando as medidas preventivas necessárias para não perder quadros, nem a liderança, além de esclarecer a militância sobre os fatos. A CPI vai explicar o que aconteceu, quem é quem e como a vida vai correr depois de tudo isso.

**Todos os citados assumiram o caixa dois das campanhas. Há a idéia de que isso seja mais aceitável?**

A decisão é tentar levar para crime eleitoral. É uma estratégia que eles tomaram, uma vez que é raro encontrar no Brasil alguém que foi condenado por isso. O que não quer dizer que as investigações da CPI vão nesse rumo, talvez a gente mude essa postura tão simplista de jogar a culpa só no crime eleitoral.

**O senhor já foi dirigente de estatal. Já havia ouvido falar de esquemas semelhantes a esses que estão sendo denunciados?**

Ninguém é maluco de dizer que não há superfaturamento em contratos, mas isso não é uma coisa muito simples de ser feita. As equipes técnicas conhecem os preços do mercado e se manifestam diante de quaisquer anormalidades. Mas nenhuma estatal está imune a isso, assunto que a gente vai avaliar.

**A semana começa sob a expectativa do depoimento do deputado José Dirceu na Comissão de Ética da Câmara, com quem o senhor se encontrou. O que é esperado desse depoimento?**

Eu sei que ele se preparou para se defender e para esclarecer tudo o que tem sido falado. Vai ser um dia importante para o Congresso.

**Dirceu vai estar na berlinda?**

Isso só o tempo vai dizer.



CPI DOS CORREIOS Série de depoimentos, investigações e análise de documentos vai ditar os acontecimentos

# Crise política terá semana decisiva



Nesta terça-feira, o mesmo dia em que a Comissão Mista de Orçamento promete votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o depoimento de José Dirceu (PT-SP) no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados deve atrair as atenções. É a

primeira vez que o ex-ministro da Casa Civil fala publicamente sobre as denúncias de que organizou um esquema de pagamento de mesadas a deputados, o "mensalão". Autor das denúncias, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) já anunciou que "vai estar na primeira fila", entre outras declarações que aumentam as especulações sobre o depoimento. A convocação de Dirceu para falar também na CPI dos Correios é um dos itens polêmicos que a comissão vota nesta terça-feira. O presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo

(MG), vai comparecer espontaneamente à CPI para explicar as relações da SMP&B com sua campanha ao governo de Minas Gerais, em 1998.

Na quarta-feira a comissão ouve as duas pessoas identificadas como responsáveis pelos maiores saques das contas de Marcos Valério: a funcionária da SMP&B Simone Vasconcelos, que sacou mais de R\$ 9 milhões; e o policial civil Davi Alves de Moraes, que tirou mais de R\$ 4 milhões. Os parlamentares querem saber quem são os destinatários finais do dinheiro. O rumo dos trabalhos da CPI dos Correios também depende da documentação que chega ao Congresso. O volume de papéis em posse da comissão é alto, o que já exigiu a ampliação da equipe técnica. Ainda assim, o fluxo dos dados está aquém das expectativas de senadores e deputados, que esperavam ter em mão todas as quebras de sigilo já requeridas.

Eles reclamam não só da demora no envio dos dados, mas denunciam que parte das informações está incompleta. Há muitos rumores sobre as informações, como foi o caso dos documentos encaminhados pelo Supremo Tribunal Federal na última semana. Anunciada como "pólvora pura", a lista que chegou não passou de "traque", disse o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR).

E outras comissões voltam ao trabalho. A CPI dos Bingos toma depoimentos na terça, quarta e quinta-feira. Serão ouvidos Luiz Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública, diretores da multinacional Gtech, cujos contratos para a exploração de jogos eletrônicos estão sob suspeita, e outras pessoas ligadas a Carlinhos Cachoeira e a Waldomiro Diniz. E a recém-criada CPI do Mensalão define sua real dimensão.

## Cresce a pressão sobre Marcos Valério

A tentativa de queima de papéis das empresas de Marcos Valério levou a CPI dos Correios a recomendar ao Ministério Público o pedido de prisão preventiva do empresário e a indisponibilidade de seus bens. A ameaça de prisão visava pressionar Valério a cooperar com a CPI. Mas o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, comunicou que ainda não tem provas suficientes para determinar a prisão preventiva do empresário.

Contudo, o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio, disse que a comissão está recolhendo documentos e provas para entregar ao MP. O peso de Valério no escândalo aumentou após a comprovação dos repasses a políticos e os rumores de que teria dados que envolveriam ministros e até o presidente da República.

Os parlamentares também decidiram ampliar a devassa nas

contas ligadas a Valério, diante dos indícios de que o esquema de arrecadação eleitoral utilizado pelo PT seria a amplificação de uma manobra realizada nas campanhas mineiras de 1998. Para apurar as denúncias, a CPI solicitou a quebra dos sigilos das empresas de Valério a partir de 1997, e decide durante a semana se convoca ou não o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a depor.

Segundo o relator da CPI, as investigações estão revelando grande diferença nos valores recebidos pela empresa DNA Propaganda no Banco do Brasil e os efetivamente pagos pela DNA às empresas de comunicação. Os técnicos da comissão já têm mapas com preços de veiculação de anúncios e os valores dos contratos e depósitos

recebidos pelas empresas.

Alguns dos requerimentos aprovados pela CPI: quebra dos sigilos das aplicações das empresas e da conta particular de Marcos Valério no Banco de Brasília (BRB); convocação, pela PF, de Wildeu Gleidson Silva e Alessandro Ferreira dos Santos; e apuração do saque-fantasma de R\$ 152 mil feito em 2003 por Jonas Pinho, falecido em 1999.



Marcos Valério: pedido de prisão foi encaminhado ao Ministério Público

## Dados do STF despertam frustração e desconfiança

Aguardados com ansiedade pelos membros da CPI dos Correios, os documentos remetidos pela Justiça mineira ao STF, que seriam a "prova material do 'mensalão'", acabaram frustrando senadores e deputados por não adicionarem novidades ao escândalo. Alguns, no entanto, desconfiam que o material não esteja completo.

Para a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a organização do material indica que houve triagem nos dados colocados à disposição dos parlamentares. "Umás caixas estavam organizadas. As outras tinham o material bagunçado e, pior, desgrampeado. Os documentos comprometedores foram visivelmente arrancados."

Rumores divulgados pela imprensa apontavam que a documentação enviada ao STF revelava 120 novos sacadores das contas de Marcos Valério no Banco Rural de Belo Horizonte, inclusive parlamentares que ainda não foram envolvidos no esquema. Nada disso foi confirmado.

— A montanha pa-

riu um rato. Não há fatos novos — disse o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS). Ele disse que as informações revelam os nomes de nove ou dez parlamentares já citados pelas outras listas em posse da CPI. O relator, deputado Osmar Serraglio, não cogita a possibilidade de adulteração dos documentos e explica que uma análise mais aprofundada pode indicar novos nomes.

O presidente da CPI, o relator e os sub-relatores estiveram no Tribunal de Contas da União (TCU), onde receberam relatório sobre auditoria realizada pelo órgão em um dos contratos dos Correios.



Ideli Salvatti suspeita que dados enviados à comissão passaram por triagem

## CPI decide sobre novas convocações

A semana da CPI dos Correios inclui, nesta quarta-feira, depoimentos dos responsáveis por saques milionários das contas do empresário Marcos Valério e a busca por um acordo sobre convocações de personagens polêmicos, ligados ao empresário na última semana: o banqueiro Daniel Dantas, o deputado federal José Dirceu e o senador Eduardo Azeredo, que devem ser votadas na terça-feira.

A conexão de Valério com o banqueiro Daniel Dantas ficou clara com a quebra dos sigilos do empresário, que indicou depósitos de mais de R\$ 140 milhões nas contas de Valério. Já o senador Eduardo Azeredo foi envolvido em denúncias de que o sistema de caixa dois operado por Valério

remonta às eleições de 1998 para o governo de Minas Gerais.

A convocação de José Dirceu foi adiada não só pelos embates entre governo e oposição, mas porque o ex-ministro da Casa Civil vai comparecer à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados nesta terça-feira.

### Cronograma

Nesta terça-feira, em reunião administrativa, a CPI decide se convoca ou não o banqueiro Daniel Dantas, o deputado José Dirceu e o senador Eduardo Azeredo para depor.

Na quarta-feira, a comissão ouve Simone Vasconcelos e Davi Rodrigues Alves, principais sacadores das contas de Marcos Valério.

## Equipe reforçada e divisão do trabalho

O grande número de informações e de denúncias na CPI dos Correios levou o relator Osmar Serraglio a estabelecer sub-relatorias para evitar o acúmulo dos trabalhos. Os deputados tucanos Gustavo Fruet (PR) e Carlos Sampaio (SP) vão analisar os dados financeiros e o petista Carlos Abicalil (MT) vai verificar as irregularidades nos contratos dos Correios, especialmente as suspeitas de fraudes no processo licitatório e de superfaturamento nas compras de equipamentos,

na Rede Postal Noturna e no Correio Híbrido Postal. O presidente da comissão, Delcídio Amaral, garantiu que a sistematização do trabalho vai dar um "novo ritmo" aos trabalhos da CPI.

A comissão técnica de consultores, funcionários do Tribunal de Contas da União, da Polícia Federal e do Banco Central que acompanha a CPI dos Correios desde o começo vai ganhar reforço na análise das informações que chegam ao Congresso.

O Banco do Brasil e o Banco Rural colocaram técnicos à disposição da CPI, para esclarecer os controversos dados sobre as contas das empresas de Valério, que registram movimentações não-identificadas da ordem de R\$ 470 milhões. Além disso, a CPI pediu o acompanhamento dos trabalhos por um membro do Ministério Público. A ideia é que o MP não precise aguardar o relatório final da CPI para tomar as providências judiciais.

## Movimento não-identificado pode atingir R\$ 470 milhões

Apesar dos pedidos de agilidade na transferência dos dados feitos pelo presidente da CPI, senador Delcídio Amaral, aos presidentes do Banco Central e do Supremo Tribunal Federal e à diretoria do Banco Rural, os dados bancários solicitados há mais de um mês chegam a conta-gotas à comissão.

Os parlamentares criticam ainda a falta de identificação dos responsáveis pelos depósitos e por alguns dos saques. A movimentação não-identificada chegaria a R\$ 470 milhões.

Ao pedir agilidade na remessa de documentos, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) chamou atenção para a necessidade de uma

análise minuciosa em todos eles, já que "os depoimentos não têm rendido o esperado".

Ainda estão incompletos os dados sobre as movimentações das agências de publicidade de Marcos Valério no Banco do Brasil (BB), Banco de Brasília (BRB) e Banco Rural, apesar da quebra do sigilo bancário ter sido aprovada há mais de um mês.

A maior demora está no BRB, informou a assessoria da CPI. As identificações dos saques começaram a chegar no final da última semana, mas a maior parte ainda não está disponível para os integrantes da comissão.



CPI DOS CORREIOS Esposa de Marcos Valério não explica grandes saques nas contas das empresas de que era sócia

# Renilda protege o marido e envolve José Dirceu



Apresentando-se como “apenas uma dona-de-casa dedicada ao lar”, Renilda Santiago de Souza, esposa do empresário Marcos Valério, investigado pela CPI dos Correios, não titubeou ao dizer, espontaneamente, que o deputado federal José Dirceu (PT-SP), ex-ministro da Casa Civil, sabia dos empréstimos das empresas de Valério feitos ao PT e não registrados na contabilidade do partido.

Renilda depôs um dia antes de a CPI ter solicitado a prisão preventiva de Marcos Valério. Ela teria questionado o marido sobre o suposto pagamento aos parlamentares, após a divulgação da existência do “mensalão” pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Ele teria negado a existência do esquema, mas confirmado empréstimos ao PT, atendendo a pedido do tesoureiro licenciado do partido Delúbio Soares. Eles

serviriam para o pagamento de dívidas de campanha do partido.

– O Marcos me disse que avalizou o empréstimo porque era um pedido de um amigo e porque temia perder contas ligadas ao governo, como a do Banco do Brasil – declarou.

Ao perguntar ao marido como fariam para pagar as dívidas dos empréstimos contraídos, Valério teria lhe dito que o então ministro José Dirceu participou de reunião com diretores do Banco Rural, em Belo Horizonte, e do BMG, em Brasília, para discutir os empréstimos.

Em nota distribuída à imprensa, José Dirceu reconheceu que participou das reuniões, a pedido das instituições financeiras, mas negou que os empréstimos tenham sido discutidos.

Apesar de ser sócia nas empresas DNA, SMP&B, 2S e Grafitti (nesta última detém 66,6% do capital social), Renilda insistiu que não acompanhava de perto os negócios, uma vez que teria dado uma procuração com amplos po-

deres ao marido.

– Você casa, confia, ama. Estou há 25 anos com Marcos, que até hoje não me decepcionou – ressaltou.

Ela informou, todavia, que jamais teria avalizado um empréstimo em benefício do partido – nem mesmo para o próprio irmão – e que Valério deveria procurar a Justiça para receber do PT.

## Grandes saques sem explicação

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), questionou Renilda sobre grandes movimentações realizadas em suas contas pessoais, entre elas R\$ 4 milhões somente no BankBoston, em 2004, além das contas do Banco Alfa e Banco do Brasil, totalizando a circulação de mais de R\$ 10 milhões.

A esposa de Valério não soube explicar as movimentações e disse que o empresário controlava tudo, inclusive o saldo das contas que



MARCELLO CASAL JR/ABR

Renilda chorou durante depoimento à CPI: “Você casa, confia, ama”, disse, referindo-se a Valério. Ela não explica saques na própria conta

recebiam depósitos referentes à divisão de lucros das empresas. Negou que teria tentado sacar R\$ 1,8 milhão do BankBoston, que não a quer mais como cliente assim como aos demais sócios das empresas.

Quanto aos saques em suas contas feitos por seu motorista Carlos Antônio Dias Coelho, afir-

mou que se destinavam a pagamentos de contas domésticas.

Renilda também fez questão de reiterar que os cheques das empresas são sempre assinados por duas pessoas e que, por isso, a responsabilidade pelos empréstimos não estaria apenas nas mãos de Valério, mas também nas dos seus sócios.

## Convocação deverá ser votada na terça-feira

A maior contribuição dada por Renilda Santiago de Souza foi a de revelar a reunião do deputado José Dirceu com diretores dos bancos Rural e BMG, segundo avaliação do relator da CPI, deputado Osmar Serraglio. O requerimento para a convocação do ex-ministro já havia sido apresentado anteriormente e deverá ser votado nesta terça-feira.

– Diante dessa afirmativa, a oitiva de Dirceu tornou-se necessária – disse o relator.

Serraglio considerou ainda que as respostas da depoente foram “muito pouco produtivas”, em especial sobre as movimentações de suas contas bancárias. Essa também foi a opinião do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

– As respostas não convencem, mas sabemos que há indícios e provas documentais que sinalizam uma condenação severa dos sócios e representantes das agências – disse. O senador levantou ainda a possibilidade de o empresário ser sócio oculto do Banco Rural.

Segundo César Borges (PFL-BA), Renilda foi induzida pelo marido a esconder a realidade. “Se ele tivesse dito a verdade, ela não



MOREIRA MARIZ

Para Alvaro Dias, indícios condenam os sócios das agências de publicidade

precisaria passar por este constrangimento”, observou. “Ele ainda tem muitas informações a abrir e deveria fazê-lo logo para preservar

sua família”, completou Borges.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) lembrou que o fato de Renilda ter dado procuração com amplos poderes a Valério não a exime de responsabilidades. José Eduardo Cardozo (PT-SP) considerou que o depoimento de Renilda atendeu às estratégias de defesa de Marcos Valério. “Há contradições com o que já foi declarado pelos demais depoentes.”

A deputada Denise Frossard (PPS-RJ) advertiu a depoente sobre as implicações penais a que ela inevitavelmente terá de responder. “A lavanderia de dinheiro já é comprovada, é matéria vencida”, alertou, sem conseguir mais informações de Renilda.

Para o presidente da CPI, Delcídio Amaral (PT-MS), é preciso levar em conta que Renilda atravessa um momento familiar delicado, enfatizando que a opinião pública vem criticando os membros da comissão pela forma agressiva como tratam os depoentes.

– O importante é ter perguntas coerentes, não desestabilizar quem está depondo.

## Contradições

Em depoimento à CPI, Marcos Valério disse que a SMP&B e a DNA estavam em nome da mulher porque ela tinha medo de uma possível separação e conseqüente perda dos bens. A esposa, Renilda de Souza, porém, declarou que seu nome constava da empresa SMP&B porque houve briga judicial com um ex-sócio do grupo, Clésio Andrade, hoje vice-governador de Minas Gerais. Por mencionar que confiava totalmente no marido, os parlamentares não entenderam por que ela teria dito a Valério que queria as empresas no seu nome para resguardar-se de uma possível separação. “Isso era apenas brincadeira”, afirmou, sem convencer. Valério e Delúbio Soares asseguraram que somente eles, além do ex-presidente nacional do PT José Genoíno tinham conhecimento dos empréstimos. Renilda alegou que Valério a informou de reunião de José Dirceu com diretores dos bancos Rural e BMG para tratar do assunto. Relatário confirmou a remessa de recursos ao exterior por meio das empresas de Valério. Renilda negou. Ela sustentou que sacava pequenos valores das contas para pagar despesas domésticas, mas haveria provas de que foram movimentados mais de R\$ 10 milhões.

## De Marinho a Valério:

Propina de R\$ 3 mil levou a CPI a rastrear bilhões

ARTE: CIRILO QUARTIM

A CPI partiu de gravação em que o ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho recebeu R\$ 3 mil de empresários e disse que arrecadava recursos para o PTB.

O então presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson, negou o esquema e denunciou que o PT pagava mesadas de R\$ 30 mil a deputados, o “mensalão”, pago por Marcos Valério, dono das agências de publicidade SMP&B e DNA.

A SMP&B divide com duas agências o contrato dos Correios. A verba passou de R\$ 72 para R\$ 90 milhões 23 dias antes do vencimento do contrato, apurou a CPI. Além disso, as empresas de Valério detinham contratos com outros órgãos da administração pública, como Banco do Brasil, Ministério do Trabalho, Eletronorte.

Outros contratos dos Correios estão na mira da CPI. Foi levantada a hipótese de um superfaturamento bilionário no correio híbrido postal, na rede postal noturna e nas compras da Diretoria de Tecnologia. Além disso, discute-se o direcionamento das licitações em troca de doações pelas empresas.

Um empréstimo de R\$ 2,4 milhões ligou o PT a Marcos Valério, avalista do negócio. O ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares admitiu que Valério tomou R\$ 39 milhões no Banco Rural e no BMG para que o PT quitasse dívidas de campanha não declaradas, o caixa dois.

A quebra do sigilo bancário das agências de Valério registrou o repasse para políticos de pelo menos cinco legendas, em valores diversos. Um dos cheques sacados por uma de suas funcionárias ultrapassa R\$ 9 milhões.

As retiradas das empresas de Marcos Valério identificadas pela CPI já passaram dos R\$ 35 milhões e devem chegar aos R\$ 300 milhões, prevê o sub-relator da CPI, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR). Elas registraram movimentação de mais de R\$ 1 bilhão.





**CRISE POLÍTICA** Congresso retoma os trabalhos com as comissões de inquérito funcionando a pleno vapor

# Azeredo explicará à CPI campanha de 1998



O senador Eduardo Azeredo (MG), presidente do PSDB, negou as informações de reportagem publicada no jornal *O Globo* em que seu nome é associado a empréstimo no valor de R\$ 11,7 milhões obtido pela DNA Propaganda, do empresário Marcos Valério, junto ao Banco Rural, em 1998. Ele se prontificou a explicar o caso à CPI dos Correios.

De acordo com a reportagem, a empresa apresentou, como garantia, créditos decorrentes de contratos assinados com as secretarias de Governo e de Comunicações de Minas Gerais, estado à época governado por Azeredo, que tentava a reeleição.

O senador disse que não iria admitir um paralelo entre as "questões graves" que estão sendo investigadas pelas CPIs dos Bingos, Mensalão e Correios e as campanhas de seu partido. Para ele, isso está sendo feito para desviar o foco de investi-

gação das denúncias, rechaçando o que chamou de "abraço de afogado" e de "montagem para atemorizar o PSDB".

– Não tenho nada com isso, minha campanha de 1998 foi aprovada pelo TRE e estava dentro dos padrões brasileiros, com gastos de R\$ 8,5 milhões. Não avalizei nenhum empréstimo que qualquer empresa tenha retirado, essa informação não era do meu conhecimento – insistiu.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), sugeriu que Azeredo compareça à CPI dos Correios para responder às acusações. Para Virgílio, a presença do presidente do PSDB no colegiado impediria que os parlamentares do PT acusados de envolvimento em irregularidades, como o deputado José Dirceu (PT-SP), mantivessem a manobra política de evitar de-



Eduardo Azeredo assegura que não avalizou nenhum empréstimo para sua campanha

poimentos nas CPIs.

Virgílio registrou a publicação no *Diário do Senado* da prestação de contas de sua campanha para senador pelo Amazonas, com pareceres do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público da União, além de seu discurso em que rebate denúncia de ter recebido contribuição eleitoral da empresa Skymaster.

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Mão Santa (PMDB-PI) também defenderam Eduardo Azeredo.

## Mercadante aponta vínculos com o PSDB

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), pediu à CPI dos Correios que investigue com rigor todas as denúncias que pesam sobre membros do Partido dos Trabalhadores com relação ao recebimento do chamado "mensalão" e ao uso de dinheiro não declarado para financiamento de campanhas políticas.

Ele ressaltou, no entanto, que a comissão também deve

aprofundar o exame de esquemas semelhantes postos em prática por outros partidos políticos, como o PSDB.

Mercadante fez o apelo ao comentar as denúncias de que o publicitário Marcos Valério já havia feito em 1998, com a coligação do então governador de Minas Gerais, candidato à reeleição – o atual senador Eduardo Azeredo (PSDB) –, o mesmo tipo de triangulação im-

plementado em 2003 com o PT no esquema do "mensalão".

As denúncias, conforme Mercadante, mostram que não é de hoje que existe uma espécie de padrão na obtenção de empréstimo bancário triangular – envolvendo bancos, candidatos e empresas de publicidade. Com um detalhe, que ele considera especialmente grave: o dinheiro não é declarado.

## CPI dos Bingos prioriza seus trabalhos

Os parlamentares e a equipe técnica da CPI dos Bingos dedicaram a última semana à análise de uma série de documentos. A CPI investiga o envolvimento de Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, com bingos e campanhas políticas.

O empresário de jogos eletrônicos e instantâneos Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, que abriu a série de depoimentos à CPI, gravou Waldomiro Diniz lhe pedindo propina para garantir que licitações iriam beneficiar sua empresa.

Os processos da Polícia Federal e do Ministério Público sobre o caso e o da Controladoria Geral da União contra Waldomiro foram analisados pelos técnicos da CPI. Também foram avaliados o processo de cassação de mandato do então deputado André Luiz, as fitas gravadas pela Caixa Econômica Federal em negociação com a empresa Gtech e relatório e notas taquigráficas da CPI da Loterj, realizada pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Na análise dos documentos, destacou-se a quebra de sigilos contidos no processo da Polícia Federal, que aponta novas pessoas envolvidas com o caso.

Nesta terça-feira a CPI dos Bingos pretende ouvir, a partir das 10h, Luiz Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública, e Sérgio Canozzi, empresário do jogo no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Canozzi ainda está sendo procurado pela Polícia Federal para convocação.

Na quarta-feira, serão ouvidos os dirigentes da Gtech, multinacional que operava os sistemas de loteria da Caixa Econômica Federal, Antônio Carlos Lino da Rocha, ex-presidente da Gtech Brasil, Marcelo José Rovai, ex-diretor, e Enrico Gianelli, advogado da empresa.



Efraim Morais (E) e Garibaldi Alves decidiram concentrar a investigação nos documentos

O depoimento do jornalista Mino Pedrosa, ex-assessor de Carlos Cachoeira, está marcado para quinta-feira. Em seguida, a CPI vai ouvir Rogério Tadeu Buratti, citado pela Gtech como consultor indicado por Waldomiro, e José Luiz do Amaral Quintães, ex-assessor da Caixa e consultor da Loterj na época em que Waldomiro Diniz dirigia a empresa.

Só na próxima semana, no dia 11, a comissão tomará o depoimento do ex-assessor Waldomiro Diniz, o mais aguardado da CPI dos Bingos.

## O enfrentamento mais aguardado da semana

Depois de uma semana de preparação, o deputado federal José Dirceu (PT-SP) depõe nesta terça-feira no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados sobre o "mensalão", pagamento que teria sido feito aos parlamentares da base aliada para aprovação de projetos do governo.

De acordo com denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), José Dirceu foi avisado por ele sobre a existência do pagamento a alguns deputados do PP e do PL, mas mesmo assim a irregularidade continuou. O "mensalão" teria sido pago de 2003 a março deste ano.

O então ministro da Casa Civil, no entanto, disse ter sabido da compra de votos dos parlamentares pela imprensa. Roberto Jefferson, que sofre processo de cassação de mandato pelo Conselho de Ética, garantiu que estará na "primeira fila" no depoimento do deputado paulista.

Semana passada, Dirceu recebeu alguns parlamen-

tares em casa. Após a informação da esposa de Marcos Valério, Renilda de Souza, de que participou de reuniões com os bancos Rural e de Minas Gerais (BMG) para negociar empréstimos ao PT, ele teria se mantido "tranquilo", segundo os deputados petistas Paulo Rocha (PA), Professor Luizinho (SP) e José Mentor (SP).

"Fomos visitar um amigo", disse Mentor. Os parlamentares petistas não quiseram dar detalhes sobre a conversa.



Dirceu afirma que soube do "mensalão" pela imprensa

## "Mensalão" começa a ser apurado em comissão

A despeito da dúvida sobre a permanência do deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG) na relatoria da CPI do Mensalão, o colegiado reúne-se nesta segunda-feira para definir a agenda de trabalho e, possivelmente, votar o requerimento de convocação do deputado Roberto Jefferson, autor das denúncias de pagamento do PT aos parlamentares da base aliada em troca de aprovação de matérias de interesse do governo na Câmara dos Deputados.

Roberto Jefferson, que sofre processo de cassação de mandato no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, disse que avisou o então ministro da Casa Civil, deputado José Dirceu, e o presidente da República sobre a existência do

"mensalão".

Segundo o petebista, parlamentares do PP e do PL teriam recebido de 2003 a março deste ano cerca de R\$ 30 mil mensais. O pagamento é negado por representantes e membros das duas bancadas.

A CPI também irá investigar a possível compra de votos para a aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição para prefeitos, governadores e presidente, em 1997.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) e o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) foram eleitos presidente e vice da comissão. A grande dúvida é quanto ao relator, já que o deputado Ibrahim Abi-Ackel consta da lista dos congressistas que receberam recursos de Marcos Valério.

## Crivella: apreensão de malas está superada

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) deu por encerrado o episódio que envolveu a apreensão pela Polícia Federal, em Brasília, de R\$ 10 milhões, que estavam em poder de dirigentes da Igreja Universal do Reino de Deus.

– É doloroso reconhecer que notícias precipitadas veiculadas por alguns jornais tenham confundido parte da opinião pública e que os recursos apreendidos pela Polícia Federal, que pertencem legalmente à Igreja Universal, tenham se misturado às recentes denúncias de corrupção, pagamento

de "mensalão" ou até "dinheiro na cueca" – protestou Marcelo Crivella, que também é bispo e um dos dirigentes da Universal.

Ele salientou que o problema poderia ter sido resolvido de imediato caso a PF tivesse aceito as suas ponderações no ato da apreensão do dinheiro, de que os recursos eram oriundos de doações de fiéis e estavam sendo transportados em um avião para São Paulo, onde a direção da igreja centraliza sua administração e efetua todos os pagamentos, como de pessoal e alugueis de templos.



**CRISE POLÍTICA** Senadores debatem responsabilidade do presidente e futuro do partido do governo

# Para Arthur Virgílio, Lula sabia de tudo



O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) afirmou em discurso que o PT montou um esquema de corrupção para manter o partido no poder por duas décadas. Ele disse ter a impressão de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabia de tudo e tinha "consciência clara" de que havia um grande projeto de arrecadação para perpetuar o partido no poder.

Virgílio avaliou que o comportamento "atropelado e acurado" do presidente "é o de quem teme algo que ainda não foi publicado". E condenou o fato de Lula "agir como líder sindical e fingir que ainda consegue



**Virgílio ressalta que maioria dos brasileiros quer apuração exaustiva**

mobilizar massas".

– Lula adulou os corruptos e só mandou alguns deles embora diante dos fatos – mencionou.

O parlamentar classificou

como leviana a atitude do presidente de investir contra as elites e destacou que os brasileiros querem que se apurem os fatos "à exaustão". Ninguém conspira para tirar Lula do cargo, garantiu, reafirmando que a oposição não pretende pedir o *impeachment* do presidente, há menos que haja motivos, "pois a oposição não tem o compromisso de manter um presidente corrupto".

Virgílio foi aparteado por Sibá Machado (PT-AC), para quem o conjunto do PT desconhecia esses fatos, e por Ramez Tebet (PMDB-MS), que elogiou a atuação do senador contra o que chamou de "tragédia moral".

## Suplicy alerta sobre reeleição a todo custo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentará o presidente Lula com o livro *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, para que ele reflita sobre as vantagens e as desvantagens da reeleição, a partir das idéias do filósofo francês, nascido há 200 anos.

– Encaminho o livro com toda lealdade, amizade e franqueza, para que o presidente faça uma reflexão sobre o que acontece no Brasil e não permita que qualquer membro de sua equipe venha a utilizar a máquina do governo, como brilhantemente previu o autor francês – observou Suplicy.

Na avaliação do senador, Lula deve demonstrar com firmeza que os objetivos maiores que levaram o PT e ele próprio à vitória em 2002, tais como a ética na política, a realização da justiça e o aperfeiçoamento das instituições democráticas, prevalecerão até o final de seu mandato.

**"Dirceu, venha trazer toda a verdade"**

O senador também recomendou ao deputado José Dirceu (PT-SP) que diga toda a verdade em seu depoimento nesta terça-feira, na Comissão de Ética da Câmara.



**Suplicy oferece livro a Lula e diz a José Dirceu que "verdade fará bem aos brasileiros"**

Para Suplicy, o ex-chefe da Casa Civil deve reconhecer os eventuais erros cometidos: "Dirceu, venha trazer toda a verdade. Fará bem aos brasileiros, ao PT, a você e ao presidente Lula".

## Ideli afirma que população vê o presidente como honesto

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu o respeito às instituições democráticas, lembrando que o presidente Lula foi eleito por 53 milhões de brasileiros e, por isso, vai cumprir o seu mandato.

– Sua reeleição só depende do povo conceder-lhe mais um mandato – afirmou Ideli, para quem não existe alternativa a não ser respeitar o que o povo decidir.

Para a senadora, o país já experimentou outros caminhos que não voltará a trilhar. Ela citou pesquisa do instituto DataFolha, segundo a qual metade dos bra-

sileiros admitiu não conseguir identificar um político honesto. Dos que conseguiram citar algum político, 19% colocaram Lula como o mais honesto do país, nove pontos à frente do segundo colocado.

Na visão de Ideli, a pesquisa é um alerta sobre como a população está enxergando os fatos e a atuação dos parlamentares em um momento em que várias CPIs estão em funcionamento.

– Com isso, todos têm de dar uma demonstração inequívoca de responsabilidade com os fatos – assinalou a senadora.

## ACM vê Lula "desesperado"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) responsabilizou o presidente Lula pelo que está acontecendo no país. Para o parlamentar, os envolvidos em corrupção – tanto no governo como no PT – ou foram nomeados por Lula ou tiveram seu consentimento.

Segundo o senador, o auto-elogio de Lula, que se procla-

mou "um modelo de ética", é "um gesto ousado próprio dos que estão desesperados".

– É evidente que ele está perdido – disse o senador.

Antonio Carlos anunciou ainda que vai solicitar ao líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), explicações de Lula sobre as denúncias de corrupção.

## Alvaro Dias cobra respeito ao calendário eleitoral

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) posicionou-se contra a antecipação das eleições e disse ter dúvidas se os atuais integrantes do Congresso Nacional ainda estão autorizados pela população a propor um novo modelo político para o país. Ele acrescentou que, em razão das denúncias que atingem diversos deputados federais, o melhor que se tem a fazer é aprofundar as investigações nas CPIs, punir os envolvidos nos escândalos de corrupção e cumprir o atual calendário eleitoral, que prevê o pleito para o próximo ano.

– O Congresso foi ferido de morte pelas denúncias de corrupção. Foi atingido de forma violenta e impiedosa em razão

do comportamento de alguns de seus integrantes. A presença viciada de parlamentares compromete a autoridade da Câmara e do Senado para a realização da reforma política ainda este ano. O ideal seria realizarmos uma assepsia e uma faxina para que possa haver as punições cabíveis – declarou Alvaro Dias.

O senador rechaçou a tese de que toda CPI termina em *pizza* e afirmou que as investigações precisam resultar no resgate da credibilidade da classe política, com a implantação de novos procedimentos e condutas e com a limpeza das instituições públicas. Para Alvaro Dias, isso seria o melhor que poderia acontecer ao país.

## Serys trabalha pela reconstrução das bases do PT

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu a reconstrução das bases do PT como forma de corrigir os desvios de rota praticados por integrantes do partido. Ela destacou que tem buscado reconstruir as bases da legenda e recuperar o espaço do PT em seu estado e no país.

Serys pregou a reação dos militantes, "por aquilo que o PT representa na estrutura dos partidos no país e por sua caminhada histórica em prol da classe trabalhadora". Segundo ela, o partido merece respeito pelos homens e mulheres que deram sua vida para melhorar a sociedade brasileira. Para a senadora, as denúncias envolvendo ex-dirigentes do partido chocaram "o coração e as mentes da comunidade petista". Mas, no seu entendimento, há "muitos interessados" em acabar com a esperança de que possa existir honradez no partido.

## Para Mão Santa, PMDB construiu a democracia

O senador Mão Santa (PMDB-PI) declarou que o PT não tem nada a ver com a construção do regime democrático brasileiro. O parlamentar atribuiu essa missão aos "autênticos do PMDB", grupo que foi integrado, por exemplo, pelo Menestrel das Alagoas e líder das Diretas Já, Teotônio Vilela. Apesar de excluir o PT desse processo, Mão Santa defendeu a existência do partido e adiantou a disposição do PMDB de enfrentá-lo "de peito aberto".

– Defendemos a participação democrática, pois a democracia só será forte com partidos fortes – assinalou. Em aparte, Valdir Raupp (RO) disse estar no PMDB há 25 anos e se considerar, portanto, um autêntico peemedebista. Mão Santa informou ainda que votou no presidente Lula, decisão da qual admitiu sentir grande arrependimento.

## Heráclito pede "fatos e obras concretos" e não promessas

Ao comentar a programada viagem do presidente Lula a Floriano (PI) para inaugurar uma usina de biodiesel, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse esperar que o presidente não leve mais promessas nem sonhos, mas fatos e obras concretos. Heráclito afirmou que nunca o Palácio do Planalto teve um presidente tão "mal acompanhado".

– Lula se tornou o maior prejudicado e a grande vítima. É lamentável que aquele zelo que se demonstrava nos palanques com relação ao dinheiro público não tenha se tornado prática de governo – declarou.

Na opinião do senador, a sociedade brasileira nunca esperou tantas notícias ruins e desgraças como as reveladas pela CPI dos Correios.

## Heloísa quer monitoramento de suas ligações telefônicas

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) solicitou ao corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), que peça à Polícia Federal o monitoramento de todas as suas ligações telefônicas, para garantir a segurança de sua família.

– Passei a vida toda engolindo minhas próprias fraquezas para poder sobreviver neste mundo. Portanto, não adianta a base de bajulação do governo tentar se impor pelo medo ou pela ameaça para me desmoralizar, que não vai conseguir nada – afirmou a senadora.

Para Heloísa, o governo pode comprar alguns parlamentares poderosíssimos, mas não todo o Congresso. Ela criticou ainda o fato de oposicionistas e governistas tentarem dar conteúdo ideológico aos episódios que levaram à atual crise política.

## Oposição nunca defendeu o impeachment, diz César Borges

"Em momento nenhum a oposição pregou o 'Fora Lula' nem o *impeachment*", afirmou o senador César Borges (PFL-BA) ao comentar artigo da jornalista Tereza Cruvinel, no jornal *O Globo*, no qual ela menciona que "houve um notável recuo da oposição" sobre o assunto. Conforme enfatizou o senador, PFL, PSDB e PDT nunca defenderam o *impeachment*.

César Borges disse que o governo Lula não cumpriu os compromissos pelos quais se elegeu, como o de transformar o Brasil em uma nação mais justa, mais desenvolvida e menos corrupta. Ele elogiou os trabalhos da CPI dos Correios e frisou o compromisso da oposição com a investigação das denúncias.

– O país está estupefocado com a malversação de recursos públicos, com a formação de quadrilhas que assaltam o erário e com a criação de uma base parlamentar artificial.



**CRISE POLÍTICA** Plenário debate efeitos que o noticiário político negativo pode ter sobre a atividade econômica

# Economia está firme, avalia Mercadante



O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), garantiu que não há motivos para os investidores internacionais se preocuparem com a crise política, pois, segundo ele, os fundamentos econômicos do Brasil são estáveis. No entanto, acrescentou, reações equivocadas podem trazer como consequências a saída precipitada de capital estrangeiro, a desvalorização abrupta do dólar e a queda brusca da bolsa de valores.

Mercadante destacou que, neste semestre, o país teve superávit de transações correntes de US\$ 5,5 bilhões – o que significa aumento de reservas cambiais e desendividamento externo do Brasil – e que 2005 deve ser fechado com reservas superiores a US\$ 42 bilhões.

– A crise política não pode servir como especulação – observou o senador.

Mercadante defendeu a apuração de todas as denúncias de corrupção e a punição dos culpados, mas condenou “prejulgamentos partidários ou linchamento público de membros do governo com motivação eleitoral imediatista”.

O parlamentar referiu-se ainda a reportagem do jornal O Globo, segundo a qual campanhas políticas do PSDB e do PFL, em 1998, teriam utilizado o mesmo esquema do “mensalão”, beneficiando 70 políticos, entre deputados federais e estaduais e prefeitos. Prejulgamentos com motivação eleitoral prejudicaram o processo de investigação, insistiu.

– Não acho que a melhor solução seja o argumento de que “temos caixa dois e atire a primeira pedra quem não tiver”.



**Mercadante defende apuração rigorosa, mas critica “linchamento público” com motivação eleitoral**

A melhor atitude é que tudo seja apurado e tomadas as providências cabíveis. Alguns devem descer do palanque eleitoral para que a economia não seja afetada – disse Mercadante.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou que, como membro da direção do partido, nunca soubera nada de empréstimos ao partido.

## PSDB proporá agenda mínima, anuncia Virgílio

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, anunciou que o partido apresentará, este mês, sua proposta de agenda mínima para o país, que consiste em investigar todas as denúncias de corrupção e manter o Brasil funcionando, o que passaria pela votação de matérias essenciais ao bom andamento da economia. Segundo o parlamentar, o atual governo passará à História como o “quadriênio perdido” e a salvação do que resta de sua gestão seria a votação da chamada agenda mínima.

– Pena que já não possa ser agenda máxima. O governo Lula jogou fora três anos e o que resta fica mesmo para uma mínima agenda – afirmou o senador.

Arthur Virgílio observou que algumas pessoas já consideram que o governo Lula acabou, citando declarações do líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, e artigo de Arnaldo Jabor, no jornal *O Globo*.

## Erros do governo expõem país a riscos, diz Agripino

O senador José Agripino (PFL-RN) acredita que a estabilidade econômica já está sendo afetada pela atual crise política e pelas denúncias de corrupção que atingem o governo. Segundo ele, a aquisição de títulos da dívida externa brasileira vem sofrendo restrições e o mercado financeiro estaria inquieto em decorrência de declarações “irresponsáveis” dadas por lideranças do PT.

– A crise está atingindo a economia, mas não é por causa da oposição, que jamais defendeu o *impeachment* do presidente, mas por causa da inabilidade do governo e de declarações irresponsáveis que pregam o confronto de classes, a luta entre irmãos. O governo foi atingido duramente, está desorientado, claudicante e sem comando visível – avaliou o senador.

## REFORMA POLÍTICA

### Para Maguito, troca-troca partidário é “indecente”

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que enquanto não for feita a reforma política que o país necessita, “vamos continuar convivendo com a corrupção”. Ele frisou que a reforma reduzirá, por exemplo, o troca-troca de partidos, que classificou como “uma indecência”, pois muitos trocam de legenda só para levar vantagem. A reforma coibiria também a “gastança desmesurada” nas campanhas eleitorais, disse o senador.

– Ninguém consegue fazer campanha política neste país. É aí que vêm aqueles que investem – os banqueiros, os industriais – e depois exigem um retorno muito maior. Campanha terá que ser feita com idéias – propôs. De acordo com Maguito, nada impede que a reforma seja examinada pelos parlamentares simultaneamente às investigações das CPIs.

– Não estamos dando ao Brasil a velocidade que ele precisa – advertiu.

### Tebet considera proposta da Câmara “retrocesso”

Depois de registrar que o Congresso nunca funcionou, como agora, com CPIs investigando o mesmo tema (corrupção), o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou a proposta de reforma política em estudo no momento, quando o que a sociedade espera, a seu ver, é a investigação da corrupção e a punição dos culpados. – Muitos deveriam poupar o trabalho da CPI e renunciar imediatamente aos seus mandatos porque não têm mais condições de representar o povo que um dia neles confiou – declarou Tebet. A proposta de reforma política aprovada na Câmara dos Deputados é um retrocesso, segundo ele, que garantiria aos atuais deputados prioridade na lista de candidatos nas próximas eleições. Tebet disse também não concordar com o financiamento público de campanha. Para ele, o argumento de que o financiamento público acabaria com a corrupção não é verdadeiro.

### Mozarildo recomenda medidas emergenciais

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a aprovação de uma reforma política de caráter emergencial como forma de o Legislativo dar resposta à atual onda de denúncias de corrupção. Na opinião do senador, mudanças mais profundas – como adoção da cláusula de barreira e financiamento público – deveriam vir em uma segunda etapa. A principal alteração defendida por Mozarildo, que valeria já para as próximas eleições, seria a quebra do sigilo bancário de todos os candidatos a cargos eletivos – como senadores e deputados –, bem como daqueles que exerçam qualquer cargo público, inclusive os servidores. Para ele, a legislação deve proibir a candidatura de quem tiver problemas na Justiça.

### Mão Santa elogia postura do Senado na crise

Ao elogiar o artigo “Retratos da crise”, do senador Renan Calheiros, Mão Santa (PMDB-PI) destacou o papel do Senado na condução do país “a um caminho de paz”, oferecendo solução para o Brasil sair da crise política. Segundo ele, o artigo do presidente do Senado traduz a confiança que o povo tem na Casa, que já evitou ao longo da História até guerras civis. No artigo citado por Mão Santa, e publicado em dezenas de jornais do interior, Renan frisa a responsabilidade, isenção e transparência com que o Senado vem conduzindo as investigações sobre as denúncias de corrupção. Para o senador Ney Suassuna (PB), líder do PMDB, a onda de denúncias “tira a energia do Brasil” e paralisa os trabalhos do Congresso Nacional. Ele acredita que a nação vive tempos difíceis com esta “paranóia de denúncias”.

## Estabilidade deve ser priorizada, sugere Maciel

Ao considerar que as instituições políticas e econômicas sofrem em todo o mundo críticas generalizadas, o senador Marco Maciel (PFL-PE) comentou que o momento atual exige, sobretudo da classe política, o aperfeiçoamento das bases éticas das instituições para ajustá-las às expectativas e esperanças da sociedade. Ele concordou com a idéia expressa pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), de construir consenso em torno de determinadas bases econômicas, a exemplo do que foi feito no Chile.

Para o senador, as próprias práticas políticas estão sendo vistas como insuficientes para superar os desafios do presente e ineficazes para enfrentar os obstáculos do futuro. O mesmo ocorre com as instituições econômicas. Ele considerou, por exemplo, que, a despeito de nunca ter havido tanta prosperidade mundial também nunca houve tamanha incerteza quanto ao futuro, já que a pobreza continua a crescer e da mesma forma o fosso entre os ricos e pobres.

### Chile buscou a estabilidade econômica

Marco Maciel parabenizou o presidente Ricardo Lagos e o povo chileno pela promulgação de uma emenda constitucional (prevista para o dia 16 deste mês) que, na sua avaliação, consolida a transição para o Estado democrático de direito naquele país.

Diferentemente do Brasil, comparou Marco Maciel, o Chile iniciou a transição do regime militar para a democracia por meio de medidas que buscaram a estabilidade econômica. Foi dada prioridade ao combate à inflação e ao estabelecimento de uma legislação que garan-

tisse segurança para atrair capitais estrangeiros.

– Isso explica por que o Chile progrediu tanto nos últimos anos sob o ponto de vista econômico, chegando inclusive a assinar acordo comercial com os Estados Unidos e também estabelecer vínculo, como membro associado, do Mercosul – afirmou Maciel.

Já o Brasil, acrescentou, somente passou a investir na abertura econômica depois da Constituição de 1988. Ele destacou que a aprovação do Plano Real, em 1994, foi o passo decisivo que permitiu que o país, ao lado da estabilidade política, passasse a contar também com uma economia mais estável.

Entre as medidas aprovadas recentemente no Chile, o senador citou a redução de seis para quatro anos do mandato do presidente da República sem direito a reeleição, a eliminação dos senadores designados e vitalícios e a permissão para o Legislativo criar comissões parlamentares de inquérito.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) atribuiu o sucesso do Chile aos investimentos feitos pelo país na cultura e na educação.



**Chile valorizou estabilidade econômica na transição política, diz Maciel**



## AVIAÇÃO

## Agência reguladora pode decolar neste semestre

A criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deve ser alvo de uma das principais discussões entre os senadores no segundo semestre. A Anac vai substituir o Departamento de Aviação Civil (DAC) nas atribuições de regular o setor de aviação civil e a estrutura aeroportuária brasileira, outorgar serviços aéreos e controlar as tarifas praticadas por companhias aéreas. Para o presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Heráclito Fortes (PFL-PI), é o primeiro projeto que bus-



César Borges

ca corrigir falhas e modernizar o sistema de controle aéreo. O projeto de lei (PLS 62/04) estava sendo analisado apenas na CI, mas, por sugestão do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), foi submetido também à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator na primeira comissão, foi designado para a mesma função na CDR, presidida por Jereissati.

A nova agência será ainda responsável pela certificação e homologação de aeronaves, atribuídas hoje à Aeronáutica. Delcídio acredita que essa medida aumentará a credibilidade da Anac diante das agências internacionais, como a Adminis-

tração de Aviação Federal (FAA, em inglês), agência americana responsável pela segurança, regulamentação e monitoramento do setor de aviação civil dos Estados Unidos.

Há pontos polêmicos na matéria, alvo de críticas originadas especialmente nas Forças Armadas, cujos membros temem perder poder ao serem substituídos por servidores civis contratados por concurso público. Para os senadores César Borges (PFL-BA), Heráclito Fortes e Paulo Octávio (PFL-DF), a transferência das atribuições para civis é um processo necessário.

César Borges destaca que a aviação civil é um serviço público e deve ser tratado e regulamentado como tal.

– O Brasil é um dos poucos países em que a regulamentação da aviação está concentrada nas mãos dos militares – observou.

Paulo Octávio afirma que os servidores do DAC são extremamente competentes, mas ele acredita que a criação da agência trará consigo uma nova fórmula de gestão do setor.

Tasso Jereissati espera que o projeto seja aprovado ainda na primeira quinzena de agosto.

## Senadores querem popularizar uso de avião

O senador César Borges afirma que há grande expectativa entre os parlamentares sobre a criação da Anac, porque a atual regulamentação do setor de aviação civil tem levado empresas aéreas nacionais à falência.

– Já perdemos a Transbrasil e a Vasp. A Varig está passando por um período de crise muito grave. Isso não pode continuar acontecendo. Acredito que uma agência reguladora poderá evitar isso – avaliou.

A nova agência, contudo, como ressalva o parlamentar, não representa a solução para todos os problemas da aviação brasileira.

– Ela é importante, mas é só um passo adiante para melhorar a regulamentação do setor no país. O Brasil já criou agências reguladoras para as telecomunicações, para a energia elétrica, para os transportes terrestres. É quase natural que seja criada uma agência reguladora da aviação civil – defende.

O senador Paulo Octávio observa que a criação da agência é uma forma de popularizar as viagens aéreas no país, o que contribuirá para desenvolver o turismo.

– Hoje em dia, menos de 11% da população brasileira viaja de

avião. Isso é muito pouco. A criação de uma agência reguladora do setor de aviação civil vai democratizar o avião como meio de transporte – acredita.

Para o senador, a extensão territorial do Brasil aumenta a importância do avião como meio de transporte.

– Uma viagem entre Brasília e algumas cidades do Nordeste dura mais de dois dias. O mesmo trajeto, feito de avião, pode ser reduzido a quatro horas ou menos – apontou, chamando atenção para o alto valor das passagens e para a importância de a agência reguladora controlar custos e reduzir tarifas.

Paulo Octávio, quando deputado federal, participou da comissão especial que examinou o projeto. Com base nessa experiência, ele acredita que a proposta que chegou ao Senado já esteja bem estruturada e tem grandes chances de ser aprovada.

– O consenso é de que a criação da agência é uma necessidade. Há alguns pontos polêmicos, que vou debater com o relator e os senadores, mas vou trabalhar para que o relatório seja aprovado o mais rapidamente possível.



Paulo Octávio

## ORÇAMENTO

# Lei de Diretrizes deve ser votada na terça

Usado como instrumento para evitar o recesso parlamentar de julho, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser votado nesta terça-feira na Comissão Mista de Orçamento. Embora não haja divergências relevantes em relação ao substitutivo apresentado pelo deputado Gilmar Machado (PT-MG), que já ganhou três versões, o texto ainda não está totalmente fechado.

Algumas pendências, como explicitar o reajuste dos militares e assegurar no orçamento recursos para a comercialização da safra agrícola do próximo ano e para a equalização de juros ao setor agropecuário, ainda estão sendo negociadas e poderão exigir uma quarta versão do substitutivo de Gilmar Machado. Mesmo assim, ninguém na comissão trabalha com a possibilidade de novos impedimentos que atrasem ainda mais a votação da LDO de 2006.

O relator já sinalizou que irá apresentar uma errata ao substitutivo para acomodar a criação da nova Receita Federal do Brasil, que unificará o trabalho e a arrecadação da Previdência Social e da atual Receita Federal.



MÁRCIA KALUJNE

Antes de fechar versão final do projeto da LDO, o relator Gilmar Machado precisa acertar pendências, como o reajuste dos militares

O consenso em torno dos pontos principais do relatório acabou permitindo que, mesmo sem lei aprovada no Congresso, o Executivo desenvolvesse a montagem da proposta orçamentária do próximo ano. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, comprometeu-se com Gilmar e com o deputado Carlito Merss (PT-SC), cotado para relator do Orçamento de 2006, a enviar o projeto da lei orçamentária anual até o fim de agosto, cumprindo o prazo constitucional e observando os parâmetros fixa-

dos no substitutivo do relator. Com essa orientação aos técnicos da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), o ministro disse que estava prestigiando o trabalho do Congresso. Paulo Bernardo está tentando evitar tropeços tanto para o governo quanto para o Legislativo. Isso porque, se optasse por enviar a proposta com base nos parâmetros definidos pelo Executivo, correria o risco de ter de atrasar a votação da LDO para o fim deste mês e deixar o trabalho de ajuste para o Congresso.

**Equalização de juros para setor agropecuário é questão ainda em aberto**

## Substitutivo prevê flutuação de superávit

Apesar de tocar em questões delicadas, como adotar um mecanismo de ajuste na meta do superávit primário, o substitutivo do deputado Gilmar Machado ao projeto da LDO para 2006 não provocou grandes debates entre os parlamentares e o governo, com suas baterias voltadas para as comissões parlamentares de inquérito.

O relator propôs que, dependendo do comportamento da economia, a meta prevista, de 4,25% do produto interno bruto (PIB), possa variar em 0,25 ponto percentual. Ou seja, se a recuperação econômica propiciar um esforço fiscal maior, o governo poderia elevar o nível do superávit primário (o que sobra da receita depois de pagas as despesas, sem contabilizar os gastos com juros da dívida pública) para 4,5% do PIB.

O mecanismo, batizado de “ajuste anticíclico”, também seria aplicado no sentido inverso, para dar ao gover-

no capacidade de injetar recursos na economia no caso de uma retração, reduzindo a meta para 4% do PIB. Embora Gilmar afirme que obteve do governo o compromisso de não vetar esse instrumento, a pressão direta do secretário nacional do Tesouro, Joaquim Levy, impôs condições para que ele seja acionado, levando em consideração o desempenho da dívida pública.

O substitutivo também apresenta melhor definição para dois



J. FREITAS

Para Joaquim Levy, a flexibilização do controle sobre as despesas deve levar em consideração o desempenho da dívida pública

pontos fixados pelo governo: os tetos, relativos ao PIB, de 16% para a receita administrada pelo fisco e de 17% para o nível das despesas correntes primárias (pessoal, benefícios previdenciários e assistenciais, custeio da máquina), destinados a sin-

lizar à sociedade de que não haverá aumento da carga tributária nem elevação de gastos no último ano da administração do presidente Lula. A proposta do relator retira do limite das despesas o valor a ser ressarcido aos estados exportadores (Lei Kandir), abrindo espaço no Orçamento, segundo Gilmar, para outros gastos, como o reajuste dos militares, o aumento do salário mínimo, ou mesmo novos investimentos. Outra providência foi constituir uma reserva de contingência específica para abrigar o excedente de arrecadação. Essa reserva poderá ser usada, mediante autorização do

Congresso, para desonerar determinados setores ou absorver aumento de despesas obrigatórias acima do orçado.

Entre outras mudanças relevantes, o substitutivo atende a uma antiga reivindicação dos parlamentares, proibindo o contingenciamento de emendas individuais que envolvam transferências voluntárias a estados e municípios. No entanto, elas precisam dizer respeito a programas prioritários definidos pelo relator-geral no seu parecer preliminar. O substitutivo também veda o bloqueio de recursos orçados na função “Ciência e Tecnologia” da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O reajuste do salário mínimo foi mantido pelo relator de acordo com a proposta enviada pelo Executivo, que segue a regra definida pela LDO de 2005. Além de repor a inflação no período, a atualização do salário mínimo considera a variação anual do crescimento do PIB *per capita*.



**INFORMÁTICA** Aprovação de projeto situará o Brasil entre países com leis específicas sobre delitos eletrônicos

# Crimes de informática à espera de votação

Com a pauta do Plenário obstruída por medidas provisórias e a realização simultânea de três CPIs, pode ficar para o fim deste mês, apesar de tramitar em regime de urgência, a votação de projeto que torna a legislação brasileira mais eficaz no tratamento dos crimes cometidos na área de informática.

O PLC 89/03, do deputado Luiz Piauhyllino (PDT-PE), acrescenta seção específica e altera dispositivos do Código Penal,

conceituando e estabelecendo punições para a prática de “manipulação indevida de informação eletrônica”, “difusão de vírus eletrônico”, “pornografia infantil”, “falsificação de cartão de crédito, telefone celular ou meio de acesso a sistema eletrônico”.

A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), na Comissão de Educação (CE),

depois de audiência pública feita a pedido do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Em seguida, deveria ter sido analisada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas pedido de urgência determinou sua apreciação diretamente em Plenário, onde está desde o fim de junho. Na Câmara,

o texto foi aprovado em 2004.

O projeto deve resolver falha grave na legislação penal, que não tipifica – nem poderia, pois foi feita há 65 anos

– os crimes cometidos contra ou por meio de sistemas informatizados. Define, por exemplo, penas para delitos como acesso indevido a meio eletrônico, manipulação de informação eletrônica, distribuição de vírus de computadores, clonagem de celular ou de senhas eletrônicas, e impõe novas penalidades para a prática de pornografia infantil.

Em outra vertente, acrescenta a “telecomunicação” entre os servi-

ços de utilidade pública essenciais cuja perturbação, violação ou interrupção deliberada implica aos responsáveis a aplicação de penas de detenção e multa.

Levantamento feito pelo consultor legislativo Alexandre Guimarães, do Senado, revela que, entre os países que contam com legislações específicas sobre crimes de informática, estão o Canadá e os Estados Unidos, além da União Européia. Ele diz que o projeto “traz grandes avanços”, mas ainda pode ser aperfeiçoado.

– Comparado com a legislação equivalente de outros países, o projeto carece ainda, segundo técnicos e juristas da área, de itens como o estabelecimento de comunicação eletrônica falsa, ou de falsidade informática, e a sabotagem informática. Além disso, é necessário definir prazo legal para que os provedores nacionais armazenem os protocolos de identificação da Internet (os chamados endereços IPs), para que se possa chegar aos criminosos.

**Com nova lei, será mais fácil punir invasores de sistemas eletrônicos**

## Produção legislativa na era dos golpes digitais

No Senado e na Câmara, mais de 80 projetos estão em discussão para tratar dos variados temas surgidos com o advento da sociedade da informação. Os mais antigos datam da década passada, mas o primeiro (PLS 137/00) a mencionar penas para os “crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações” é da autoria do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

Aprovada na Comissão de Educação e agora em exame na CCJ, a proposta de Quintanilha defende o aumento em até o triplo das penas para autores de crimes contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade intelectual e os costumes, cometidos com a utilização de meios eletrônicos.

– A legislação brasileira, tal qual a da maioria dos países, não prevê a utilização de recursos eletrônicos para a prática de crimes. Nada mais natural, pois até há bem pouco tempo não tínhamos acesso a tecnologias avançadas como a Internet, correio ele-

trônico e outros recursos de informação e telecomunicações. Entendo ser esse o melhor caminho para coibirmos práticas nocivas que estão se tornando comuns – justificou o senador ao defender seu projeto em Plenário.

Outras propostas tratam especificamente de delitos relativos ao uso indevido, inadequado ou pernicioso do correio eletrônico (*e-mail*). O senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG) é autor de proposição (PLS 367/03) que coíbe a distribuição de *spams*, mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas.

– A propaganda não solicitada, ou o lixo eletrônico, além de não despertar o menor interesse naqueles que os recebem, causa imensos prejuízos materiais e morais que devem ser coibidos



Quintanilha assina primeiro projeto destinado a fixar penas para crimes por meios eletrônicos

com legislação específica – explica o senador, lembrando que o Código de Defesa do Consumidor faz referência a essa propaganda forçada, mas de forma genérica.

Outros senadores também se preocuparam em preservar os usuários de *e-mails* com mensagens indesejadas, muitas com conteúdo nocivo ou até mesmo pornográfico. Entre eles, estão Valmir Amaral (PP-DF), Delcídio Amaral (PT-MS) e Paulo Paim (PT-RS), este com projeto que define como crime a veiculação pela Internet de informações racistas.

## Código Penal deve incorporar nova terminologia

Para ajustar o vetusto Código Penal brasileiro à realidade do mundo dominado pelas redes de informação e seus cybercriminosos, o PLC 89/03 trata de inserir não apenas as definições de novos delitos, mas também toda uma terminologia digital ainda ignorada pelos códigos jurídicos. Até porque não se pode definir penas para uma conduta criminosa sem, antes, estabelecer contra o que ou qual tipo de dano pode causar.

Assim é que o projeto, em seus artigos 2º e 3º, define expressões como “meio eletrô-

co”, “sistema informatizado” e até mesmo a “coisa” eletrônica, termo inespecífico relativo ao dado ou à informação presente em meio eletrônico ou sistema informatizado. Por exemplo, a senha criada por um cliente para acessar sua conta bancária ou a caixa postal de seu telefone celular passam a existir como uma espécie de patrimônio pessoal, contra o qual o uso indevido ou não autorizado configura crime, passível de detenção e multa.

Em outro artigo, o projeto cuida de proteger, de modo

**NOVIDADES NO CÓDIGO PENAL**

Os artigos 2º, 3º, 5º, 7º e 8º do projeto, que contém as novidades em relação aos chamados crimes de informática

Crimes de informática	Penas
Acessar, indevidamente ou sem autorização, meio eletrônico ou sistema informatizado (art. 154-A)	3 a 12 meses de detenção e multa
Fornecer a terceiro meio indevido ou não autorizado de acesso a meio eletrônico ou sistema informatizado (art. 154-A, § 1º)	3 a 12 meses de detenção e multa
Manipulação indevida de informação obtida em meio eletrônico ou sistema informatizado (art. 154-B)	6 a 12 meses de detenção e multa
Transporte indevido de informação, por qualquer meio eletrônico ou sistema informatizado (art. 154-B, § 1º)	6 a 12 meses de detenção e multa
Dano eletrônico: destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia (art. 163, § 2º)	1 a 6 meses de detenção e multa
Difusão de vírus: criar, inserir ou difundir dado ou informação em meio eletrônico ou sistema informatizado com a finalidade de destruí-lo, inutilizá-lo, modificá-lo ou dificultar-lhe o funcionamento (art. 163, § 3º)	1 a 6 meses de detenção e multa
Pornografia infantil: fotografar, publicar ou divulgar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente (art. 218-A)	12 a 48 meses de reclusão e multa
Pornografia infantil na Internet (art. 218-A, § 1º)	18 a 64 meses de reclusão e multa
Falsificação de cartão de crédito ou débito (art. 298, parágrafo único)	12 a 60 meses de reclusão e multa
Falsificação (clonagem) de telefone celular ou de meio de acesso (senhas) a sistema eletrônico (art. 298-A)	12 a 60 meses de reclusão e multa

(\*) Entre parênteses, em qual artigo do Código Penal o novo dispositivo é acrescentado.

**GLOSSÁRIO**

**Meio eletrônico** (artigo 154-C, inciso I): o computador, o processador de dados, o disquete, o CD-ROM ou qualquer outro meio capaz de armazenar ou transmitir dados magnética, óptica ou eletronicamente.

**Sistema informatizado** (art. 154-C, II): a rede de computadores, a base de dados, o programa ou qualquer outro sistema capaz de armazenar ou transmitir dados eletronicamente.

**“Coisa” eletrônica** (art. 163, § 2º): pode ser o dado, a informação ou a base de dados presente em meio eletrônico ou sistema informatizado; ou a senha ou qualquer meio de identificação que permita o acesso a meio eletrônico ou sistema informatizado.



## EMIGRAÇÃO

# Mais garantias para brasileiros no exterior

O brutal assassinato de Jean Charles de Menezes, morto por engano com oito tiros na cabeça disparados à queima-roupa pela polícia britânica, poderá abrir caminhos no sentido de modernizar a atual legislação e firmar acordos internacionais destinados a dar garantias e melhores condições de saúde a brasileiros que vivem e trabalham no exterior. A previsão é feita pelo presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que sugere entre as garantias para os imigrantes os benefícios da previdência social.

Crivella também defende punição exemplar dos culpados pela morte do brasileiro, inclusive do chefe da polícia londrina, Ian Blair, e indenização à família do jovem, em valor que ele estima poder chegar a US\$ 3 milhões.

Para o senador, o assassinato de Jean mostra “a barbárie a que podem estar sujeitos os cerca de 2 milhões de brasileiros que vivem no exterior”. Por isso, ele anunciou que pedirá ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, a criação de um número 0800 – de ligações gratuitas – para

atender aos imigrantes que se encontram em dificuldade em qualquer parte do mundo. Crivella espera que o número entre em operação até o fim do ano.

O presidente da CPI – criada para investigar crimes e demais delitos praticados na emigração ilegal e assegurar os direitos de brasileiros que vivem no exterior – aponta como fundamental, no momento, desbaratar as quadrilhas de “coiotes”, especializadas na agilização e ingresso ilegal de brasileiros no exterior, sobretudo nos Estados Unidos.



Crivella defende punição dos culpados pela morte do brasileiro

## Chegam mais repatriados na quarta

O presidente da CPI da Emigração Ilegal, senador Marcelo Crivella, deveria embarcar no último domingo para os Estados Unidos, com missão de trazer de volta para casa, em vôo *charter*, 301 brasileiros que se encontram detidos em Laredo, fronteira com o México. Segundo informou, o retorno ao Brasil está previsto para esta quarta-feira.

Crivella vai aproveitar a oportunidade para discutir com as autoridades norte-americanas os benefícios de um projeto, em tramitação no Congresso norte-americano, que tem por meta principal conceder aos emigrantes três anos de visto – com direito a renovação por mais três anos –, a fim de que todos possam viver e trabalhar com tranquilidade. Com isso, disse, serão retirados da ilegalidade milhares de brasileiros que lá trabalham sem qualquer amparo legal.

## Suplicy apresenta requerimento de pesar

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento de apresentação de condolências à família e voto de pesar pelo falecimento do brasileiro de 27 anos Jean Charles de Menezes, morto pela polícia inglesa no metrô de Londres. Ele lamentou que após o atentado que matou dezenas de pessoas e feriu outras centenas, praticado por terroristas suicidas, a Scotland Yard – até então conhecida por seus métodos investigativos e por

só portar armas em último caso – tenha mudado seu sistema de trabalho.

Mesmo registrando que a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, Inglaterra e outros países não explica nem justifica atentados de homens-bomba contra a população civil, Suplicy destacou que o terrorismo tem sua origem na falta de justiça em vários países do Oriente Médio e outras nações islâmicas.

– Mas nenhuma análise, la-

mento ou racionalização sobre a guerra explicará à mãe, ao pai e à noiva de Jean Charles a sua morte, com vários tiros na cabeça. Seu primo, Alex Pereira, que vivia com ele em Londres, deu entrevistas aos jornais, apareceu na TV emocionado e chamou atenção para o fato de Jean ser, como ele e tantos outros, um brasileiro pobre que, diante da falta de trabalho no Brasil, procurou outro país onde pudesse ter alguma oportunidade – disse.

## Senadores lamentam morte do mineiro Jean Charles

Em seu primeiro pronunciamento na tribuna, o senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) afirmou, na quinta-feira, que a morte do mineiro Jean Charles de Menezes, pela polícia inglesa, ao ser confundido com um terrorista, também destruiu a esperança de muitos mineiros e brasileiros que deixam o país em busca de trabalho.

– Jean voltou ao Brasil, com 27 anos, depois de morar quatro anos na Inglaterra. Voltou, mas não

vai contar o que viu no país dos Beatles e dos Rolling Stones.

Luiz Otávio (PMDB-PA) disse que existem 15 mil brasileiros na Inglaterra e, apesar da necessidade de combate ao terrorismo, ele acredita que o governo inglês deve repensar sua atuação. Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o jovem é um mártir da crise atual, como Tiradentes o foi pela liberdade. Para Romeu Tuma (PFL-SP), o fato “traz amargura não só ao povo mineiro, mas a todo o Brasil”.

## Mozarildo: pobreza reforça exclusão social de crianças

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reconheceu, em Plenário, que o Brasil vem obtendo avanços no combate ao trabalho infantil. Mas lembrou que a pressão exercida pela pobreza impede o acesso integral das crianças ao ensino fundamental, reforça o ciclo de exclusão social e favorece a mendicância nas ruas e o analfabetismo.

– Nosso país está bem longe de oferecer igualdade de oportunidades aos seus cidadãos. O ensino é um passo fundamental para democratizar em profundidade a sociedade brasileira. A pobreza aguda em-

purra os pequenos brasileiros para o trabalho infantil, que faz da criança um adulto precoce, restringindo seu direito à atividade lúdica e a um relativo descompromisso, tão importantes na formação de um indivíduo saudável – avaliou.

Dentre os avanços obtidos pelo país no combate ao trabalho infantil, o senador destacou a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a fiscalização exercida pelo Ministério do Trabalho e o dispositivo constitucional que proíbe o trabalho a menores de 16 anos – exceto na condição de aprendizes, a partir dos 14 anos. Segundo ele, o combate ao trabalho ilegal de crianças feito pelas autoridades brasileiras é considerado modelo pela Organização Internacional do Trabalho.

Mozarildo ressaltou, no entanto, que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), cerca de 2,7 milhões de crianças e jovens entre cinco e 15 anos de idade continuam trabalhando no Brasil.



Mozarildo reconhece êxitos no combate ao trabalho infantil, mas cobra avanços

### Projetos

#### Perda de cargo por abuso de poder

Projeto apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) modifica o Código Penal para tornar automática a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo nos casos de condenação judicial por crime ou contravenção com abuso de poder, ou por violação de dever para com a administração pública (PLS 217/05). Simon também propôs leis para autenticar e dar valor jurídico e probatório a documentos produzidos, emitidos ou recebidos por órgãos públicos

por meio eletrônico (PLS 229/05); e para revogar, na Lei de Falências, o artigo que exige certidões negativas de débitos tributários pelo devedor. Para o senador, esse projeto (PLS 218/05) preserva “o inalienável direito que as classes trabalhadoras têm que ter sobre as demais variáveis e relações produtivas, pois os créditos oriundos das obrigações trabalhistas são prioritários, em qualquer plano de reestruturação empresarial ou nos pagamentos devidos, já no processo falimentar”.

#### Requisitos para ter direito a porte de arma

Apresentado pelo senador César Borges (PFL-BA), projeto acrescenta ao Estatuto do Desarmamento a exigência de comprovar capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo (PLS 212/05).

#### Zambiasi faz cerco contra pornografia envolvendo menores

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) propôs acrescentar artigo ao Estatuto da Criança e do Adolescente para responsabilizar por crime funcionários de laboratórios que revelarem fotos pornográficas ou com cena de sexo explícito envolvendo menor de 18 anos e não comunicarem às autoridades. O projeto (PLS 213/05) prevê pena de detenção de seis meses a dois anos.

#### Prestação de contas de concessionárias na Internet

O senador João Capiberibe (PSB-AP) propôs que todas as empresas com outorga de serviços públicos prestem contas de seu negócio na Internet. Pela proposta (PLS 211/05), as concessionárias de rodovias devem prestar contas da receita arrecadada com a cobrança de pedágios e do que estiver sendo investido em manutenção e obras no objeto da concessão.

#### Mudanças para criar estados

Proposta apresentada pelo senador Antônio Leite (PMDB-MA) altera o critério para a criação de unidades da Federação brasileira, diferenciando o tratamento dado a estado e a município quanto à consulta popular sobre modificações territoriais no país (PLS 216/05).

#### Rádios podem ter horário flexível para transmitir *A Voz do Brasil*

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) propôs alterar o Código Brasileiro de Telecomunicações para permitir que o horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil* seja flexível (PLS 219/05). Ele também quer assegurar piso salarial mínimo a técnicos de nível médio regu-

larmente inscritos nos conselhos regionais de engenharia, arquitetura e agronomia. O piso deverá corresponder a 66% da menor remuneração atribuída em lei para os diplomados nos cursos superiores, que, para exercer a profissão, devem ser registrados nesses conselhos (PLS 227/05).

O senador apresentou ainda proposição (PLS 215/05) para determinar o desenvolvimento e aplicação do Sistema Integrado de Gestão Eletrônica dos Contratos do Estado a todos os contratos firmados pela União, suas autarquias e empresas públicas.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 8 e 22 de junho



## PLENÁRIO

**DONA MARLY** - Antônio Leite (PMDB-MA) homenageou a ex-primeira-dama Marly Sarney. - Longe dos holofotes e das badalações, dona Marly tem a dimensão do sublime, consciente da importância de sua presença, sem manifestação de desagrado ou exuberância diante do poder - disse o parlamentar, apartado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para quem dona Marly serviu de exemplo para as primeiras-damas por sua postura discreta. Antônio Leite prestou homenagem também a sua mãe, Margarida, por seu aniversário.

**FUST** - Luiz Otávio (PMDB-PA) propôs, como item de uma agenda positiva para o país, a liberação dos R\$ 4 bilhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) que estão retidos no Tesouro Nacional. Ele propôs que os ministros da Educação, Tarso Genro, e das Comunicações, Hélio Costa, juntem esforços para liberar os recursos do fundo. Luiz Otávio também cobrou verbas para instalar as eclusas da hidrelétrica de Tucuruí. - Não vamos admitir que o dinheiro previsto para as hidrelétricas no Pará não seja liberado pelo ministro Palocci, não podemos aceitar esse vírus paralisante - sustentou.

**DASLU** - A repercussão da operação de fiscalização na empresa paulista de artigos de luxo Daslu, suspeita de sonegação de impostos, foi comparável à provocada pela diligência do Ministério do Trabalho na Destilaria Gameleira, acusada de utilizar mão-de-obra escrava. Com base em artigo da Agência Carta Maior, Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que os donos das duas empresas se consideram injustiçados. Ambos também foram defendidos por entidades de classe sob o argumento de que geram empregos e contribuem para o desenvolvimento do país.

**EDUCAÇÃO** - Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto do senador José Jorge (PFL-PE) que estabelece o prazo de seis meses para que estados e municípios elaborem planos decenais de educação. Em seguida a proposição será encaminhada à Comissão de Educação (CE). O projeto determina que cabe à União articular-se com os estados e o Distrito Federal para elaborar, no prazo de até seis meses, os respectivos planos decenais de educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação. A assistência financeira da União ficaria condicionada à aprovação dos planos de educação.

## Burocracia castiga o Brasil, diz Suassuna

**A** criação de uma secretaria especial para combater a burocratização no Brasil foi sugerida pelo líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB). Segundo ele, apesar de outros governos terem criado institutos para desburocratizar o país, o problema é recorrente e deve ser sempre enfrentado.

- A burocracia deve ser combatida permanentemente, como a gordura no ser humano - comparou.

Suassuna citou o livro *Discurso do Método*, do filósofo francês René Descartes, segundo o qual "todo grande problema é composto de pequenos problemas". E comentou que a

crise pela qual passa o país é composta por inúmeros pequenos problemas. Para resolver as questões maiores, afirmou, é preciso trabalhar as pequenas - como questões relacionadas à saúde, educação, segurança, estradas e corrupção. No entanto, disse, o principal problema que afeta o país é a burocracia.

- É hora de o presidente arregaçar as mangas e trabalhar, se mobilizar e cobrar dos ministros o combate à burocracia e à corrupção - defendeu Suassuna.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) salientou que a burocracia induz à corrupção e que um processo de desburocratização deve ser levado à

frente em consonância com uma reforma administrativa.

- Como as coisas não andam, vem o pagamento de propina para o "desenrolar" das ações. O país está lento demais e estamos vivendo uma era supersônica. O país precisa de velocidade e dinamismo. Que país é este, para onde vamos? Se não se colocar o país para andar, ficará cada vez mais difícil - argumentou Maguito.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) aproveitou para criticar Suassuna, líder de seu partido, pelo "comportamento muito moderado" em relação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

## Raupp culpa juros e impostos pelas desigualdades

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) criticou a excessiva tributação sobre o setor produtivo no Brasil e a taxa básica de juros, de 19,75%, determinada pelo Banco Central. Para o senador, essas seriam duas fortes razões para o agravamento e a manutenção das desigualdades sociais no país.

- Somos a 14ª economia do mundo, mas ainda detemos uma das maiores concentrações de renda do planeta - afirmou o senador, ressaltando que a "fúria arrecadatória" do Estado sufoca empresas, impede o aumento da oferta de empregos, estimula a sonegação e aumenta o contingente de excluídos.

Citando dados do Instituto Brasileiro de Política Tributária, Valdir Raupp informou que 49% da arrecadação do governo vêm de impostos indiretos, enquanto nos Estados Unidos essa arrecadação é de apenas 16% e, no Japão, de 11%.

Em relação à taxa de juros básica (Selic, ou



FOTOS: J. FREITAS

**Raupp diz que fúria arrecadatória sufoca empresa e aumenta número de excluídos**

Sistema de Liquidação e Custódia do Banco Central), o senador defendeu sua redução de 19,75% para 12,75%. A seu ver, essa seria uma forma de amenizar as disparidades sociais, uma vez que permitiria às empresas acesso a capital mais barato e, conseqüentemente, a oferta de maior número de postos de trabalho.

## ACM cobra aumento para militares

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o cumprimento da promessa de dar aumento de 23% aos militares. Lembrando que o próprio ministro da Defesa, o vice-presidente José Alencar, já destacou a importância do reajuste, ele pediu também que os servidores civis tenham seus vencimentos aumentados.

- Acabo de ouvir que o presidente Lula sancionou o reajuste dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Nada

mais justo, nada mais correto. Entretanto, quero dizer que ele está brincando com o funcionalismo federal, que não vê aumento há muito tempo, que não ganha "mensalão", não tem oportunidade de ver seus filhos receberem recursos da Telemar ou nem sequer dispõem de partidos políticos para emprestar di-



**Antonio Carlos lembra que servidor federal, sem reajuste, não conta com "mensalão"**

nhairo para a sua sobrevivência - ironizou Antonio Carlos.

Segundo o parlamentar, Lula autorizou rapidamente o aumento para os ministros do STF por saber que futuramente poderá ser julgado pelos integrantes daquela corte. Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que, quando Antonio Carlos

iniciou seu pronunciamento falando que o presidente tinha sancionado um reajuste, imaginou que tivesse sido o dos militares. - Agora que sei que o reajuste foi para os ministros do STF, sinto vontade de chorar pela decepção que senti e também por constatar a amargura pela qual está passando o povo brasileiro - assinalou Romeu Tuma. Antonio Carlos negou que seja a favor do *impeachment* do presidente, conforme notícia publicada pelo jornal *O Globo*. Ele disse que, embora ache que Lula mereça ser impedido de ocupar o cargo, prefere vê-lo sendo afastado da Presidência da República pelo "voto do povo brasileiro".

## José Agripino questiona local de construção de nova refinaria

José Agripino (PFL-RN) encaminhou à Mesa requerimento de informações para que o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, confirme a instalação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. De acordo com o senador, o anúncio da obra teria sido feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sem levar em conta solicitações apresentadas por lideranças políticas de outros estados nordestinos, que há mais de 20 anos reivindicam a implantação da refinaria na região.

- A disputa pela refinaria entre os estados nordestinos é legítima. Mas o Rio Grande do Norte reúne motivos técnicos para sediar a obra, pois o estado produz 110 mil barris diários de petróleo em terra. Suponho que o presidente tomou a decisão de construir a refinaria em Pernambuco pela necessidade de promover uma agenda positiva. Se confirmada a escolha, isso poderá promover frustrações a médio prazo - observou o senador.

No requerimento, Agripino questiona quais os critérios técnicos adotados pelo Ministério de Minas e Energia para a construção da refinaria em Pernambuco. Também indaga se essa escolha foi precedida de discussão com os representantes dos demais estados nordestinos.

## Maciel propõe descentralizar investimentos em ciência

O senador Marco Maciel (PFL-PE) propôs que a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - a ser realizada de 24 a 27 de outubro, em Brasília - promova políticas públicas para investimentos nas regiões Nordeste e Norte do país.

- Percebo que os investimentos em ciência e tecnologia estão muito concentrados no eixo Rio, São Paulo e Minas Gerais. Precisamos promover a desconcentração de investimentos, também em favor das demais regiões como o Norte e Nordeste, para que, dessa forma, o Brasil tenha um desenvolvimento sustentável - declarou Marco Maciel.

Ele ressaltou que os investimentos públicos são fundamentais nesta área. Não há no Brasil, segundo o senador, uma consciência empresarial no sentido de se investir em ciência e tecnologia, pois esse campo nem sempre produz resultados de curto prazo.

Ele lembrou seu apoio ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e citou sua participação, como ministro da Educação do governo Sarney, na primeira conferência sobre o tema.



## Voz do Leitor

## NEPOTISMO

“Sugiro a apresentação de projeto de emenda constitucional contra o nepotismo, aumentando o impedimento de contratação de familiares para até o 4º grau de parentesco e incluindo o impedimento de contratar parentes também por meio de troca (ou seja, quando um órgão contrata o familiar de um ocupante de um cargo público de outro órgão e vice-versa) entre prefeituras, gabinetes de vereadores, senadores, deputados e de demais órgãos públicos.”

**Cremildo de Almeida Melo Júnior, de Iúna (ES)**

## INFLAÇÃO E EMIGRAÇÃO

“Concordo com o senador João Batista Motta. É uma vergonha as universidades brasileiras formarem pessoas para lavar pratos nos Estados Unidos. Se isso ocorre devido à alta inflação e aos juros que sufocam o salário da classe média brasileira, imaginem a situação da classe pobre!”

**Valentim Antônio Santos Lima, de Serra (ES)**

## PRESIDIÁRIOS

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei que vise à fabricação, por presidiários, de próteses e outros equipamentos médicos.”

**Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)**

## APOSENTADORIAS

“Peço que o PLS 58/03, apresentado pelo senador Paulo Paim – que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e

pensionistas –, seja aprovado com urgência”.

**Gilvan Augusto de Farias, de Marília (SP)**

## ATENDIMENTO

“Manifesto minha indignação quanto ao Serviço 0800 da Previdência Social, que demora a atender as ligações e tem atendentes despreparados. Muitas vezes as ligações caem antes de serem atendidos. Também nas agências do INSS o atendimento é insatisfatório e precário. Gostaria que os senadores intercedessem para solucionar essa situação. É um absurdo que um serviço essencial para a nação não responda às nossas solicitações.”

**Josefa Maria Freire, de São Paulo (SP)**

## CORRUPÇÃO

“O que está ocorrendo no país mostra que é hora de o presidente Lula limpar a corrupção tanto do Partido dos Trabalhadores quanto do governo.”

**Júlio Roberto Silva Peixoto, de São Paulo (SP)**

## MANDATO

“Sugiro alteração no mandato do presidente do Senado Federal, de dois para quatro anos.”

**Edson Mesquita, de Concórdia do Pará (PA)**

## CPMI DO MENSALÃO

“Senador Eduardo Azeredo, gostaria que vossa excelência continuasse contribuindo para o andamento da CPMI do Mensalão e lutando contra a corrupção no Brasil.”

**Ailton Pereira Viana, de Pedra do Anta (MG)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

## PASSE LIVRE PARA IDOSOS

**Antônio Carneiro e Campos, de São Paulo (SP)**

“Senador Paulo Paim, o que está decidido a respeito do passe livre em viagens interestaduais para o idoso?”

**O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:**

Caro Antônio, a gratuidade no transporte estadual para os idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos está prevista no artigo 40 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741). As empresas não filiadas à Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviários Interestadual e Internacional de Passageiros (Abrati) estão cumprindo essa determinação, mas, infelizmente, as filiadas a ela, não. A Abrati conseguiu liminar para permitir às empresas a ela ligadas o não-cumprimento dos benefícios assegurados pelo estatuto. Tal decisão judicial impede a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) de fiscalizar e punir essas empresas. O descumprimento desse ponto da lei é um dos geradores de grande descontentamento entre os idosos. E, como autor desse projeto, minha insatisfação também é imensa. Mas ressalto que diversos senadores aliaram-se a nós na luta pelo cumprimento dos direitos previstos no estatuto. A Subcomissão do Idoso no Senado Federal está sendo mobilizada. Ela possui meios adequados para pressionar e buscar soluções junto aos órgãos públicos e à sociedade. Porém, é importante que a população participe, cobrando dos órgãos competentes o cumprimento da lei.



## DESCONTO PARA O INSS

**Reginaldo Francisco de Oliveira, de São Julião (PI)**

“Senador Mão Santa, sou funcionário do estado e não tenho carteira assinada. Mesmo assim, são descontados do meu salário R\$ 20 todo mês para o INSS. Gostaria de saber se, caso eu seja demitido do emprego, terei direito a receber essa quantia que é descontada no meu contracheque.”

**O senador Mão Santa (PMDB-PI) responde:**

Caro Reginaldo, estranho muito sua denúncia. Devo afirmar que, da forma como foi colocada, temos um caso de apropriação indébita de dinheiro pago por serviço. Você tem algum recibo de serviço prestado ao estado? A lei não permite cobrança em nome do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no caso de a pessoa não possuir carteira assinada em regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Portanto, cabe a você, nesse caso, fazer a denúncia contra quem lhe paga com relação ao desconto e ao fato de que jamais receberá esse benefício não comprovado no sistema do INSS. No entanto, seria necessário ter mais informações sobre sua situação para poder responder com precisão. Caso você não tenha carteira assinada por ser funcionário público estatutário, regido, por exemplo, pelo Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Piauí (Lei Complementar Estadual 13/94, alterada pela Lei Complementar 25/01), o desconto para a seguridade social se dá de forma diferenciada. Seria importante você procurar saber se a contribuição é de acordo com o Regime Previdenciário do Estado do Piauí (Lei 5.078/99). Você pode pedir informações pelo PrevFone: 0800-78-0191.



## Frases

“Fiquei assustada e preocupada porque não temos bens para pagar isso tudo”

**Renilda Santiago de Souza**, ao depor na CPI Mista dos Correios, referindo-se aos empréstimos feitos por seu marido ao PT.

“Não era pólvora pura, apenas traque”

**Osmar Serraglio**, relator da CPI dos Correios, sobre os documentos enviados pelo STF.

“Marcos Valério e seus advogados estão dando um show de estratégia. Eles conseguiram levar o inquérito para o STF, armaram versões fantasiosas, enganaram a comissão parlamentar de inquérito”

**Alvaro Dias**, sobre Marcos Valério, empresário investigado pela CPI dos Correios.

“As pessoas que estão assistindo querem que se apure, mas elas entendem que tem que ser dado um tratamento menos emocional aos que vêm depor. O importante é ter perguntas coerentes e não desestabilizar quem está depondo”

**Delcídio Amaral**, presidente da CPI dos Correios, ao enfatizar que a opinião pública vem criticando membros da comissão pela forma agressiva como têm tratado os depoentes.

“A senhora está aqui porque é sócia de Marcos Valério, só por isso. E devo reconhecer que a senhora é mais brilhante, perspicaz e articulada do que ele. Suas empresas teriam sido mais bem administradas se tivessem sido entregues à senhora”

**Denise Frossard**, ao inquirir Renilda, mulher de Marcos Valério, na CPI dos Correios.

“Estou encaminhando o livro com toda lealdade, amizade e franqueza, para que o presidente Lula faça reflexão sobre o que está acontecendo no Brasil e não permita que qualquer membro de sua equipe venha a utilizar a máquina do governo, como brilhantemente previu o autor francês”

**Eduardo Suplicy**, que irá presentear o presidente Luiz Inácio Lula da Silva com um exemplar do livro *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, para que ele reflita sobre as vantagens e desvantagens da reeleição.

## Foto da Semana

Durante reunião administrativa da CPI Mista dos Correios, os deputados José Eduardo Cardozo, governista, e Eduardo Paes, da oposição, falam ao celular. O PSDB quer apressar a convocação do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, citado no depoimento de Renilda de Souza, mulher de Marcos Valério, e o PT quer explicações sobre as contribuições do empresário para os tucanos de Minas Gerais, em 1998. A decisão ficou para esta terça-feira



JANE DE ARAÚJO



# Bruxo do Cosme Velho estará no *Prosa e Verso*

Na programação cultural da Rádio Senado, o *Prosa e Verso* apresenta no sábado, às 9h, um conto de Machado de Assis, *A Igreja do Diabo*. O texto trata da tentativa da fundação de uma Igreja pelo Diabo, que estaria cansado de seu amadorismo em relação à Igreja de Deus.

Com esse ideal, o Diabo vem à Terra proclamar sua doutrina, oposta à de Deus, e consegue adeptos, já que o preço para o céu seria muito alto. Assim, fundaria uma "hospedaria barata". Mas o Coisa-Ruim não tarda a descobrir como é complexa e imprevisível a natureza humana. Um conto de gênero fantástico que vai fazer o ouvinte dar boas risadas.

A comédia também ganha

espaço no *Autores e Livros*, que entrevista a escritora, teatróloga e roteirista de televisão Adriana Falcão, da equipe de redatores de *A Comédia da Vida Privada*, *Brasil Legal*, *A Grande Família* e *Muvuca* – todos da Rede Globo. O programa é apresentado no domingo, às 9h.

Um destaque musical é o *Escala Brasileira*, que reprisa na quinta-feira, às 23h, entrevista com Adriana Maciel, cantora brasileira que trabalhou em musicais e aderiu à carreira solo em 1996, quando gravou seu primeiro CD e emplacou música na novela global *Corpo Dourado*.

A emissora apresenta no sábado, às 16h, o *Música do Brasil*. A atração destaca aniversariantes do mês de agosto, com interpre-

tações de João Bosco, Fafá de Belém, Paulinho da Viola, Clara Nunes, entre outros.

## Financiamento de campanhas eleitorais

O programa *Conexão Senado* desta segunda, às 12h, aborda as propostas de financiamento de campanhas políticas, assunto que veio à tona por conta das denúncias de corrupção na arrecadação de recursos para campanhas políticas, o caixa dois.

Uma das alternativas em discussão no Congresso é o financiamento público, que proíbe doações particulares e destina verbas orçamentárias para os partidos. A ideia é dificultar relações suspeitas entre partidos políticos e empresas privadas.



REPRODUÇÃO ABL

**Machado de Assis envereda pela comédia e tira boas risadas com o conto *A Igreja do Diabo***

Alguns parlamentares, como os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Heloísa Helena (PSOL-AL), defendem um sistema misto: parte do dinheiro viria do Orçamento da União, e outra de doações de pessoas e empresas.

O programa é ao vivo e o ouvinte pode participar pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777, ou por e-mail, no [conexao@senado.gov.br](mailto:conexao@senado.gov.br).

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões



## RESENHA

## O primeiro tratado real de fronteiras

ALEXANDRE GUIMARÃES

Nestes pouco mais de 500 anos, desde que os portugueses aportaram em nosso país, poucos fatos são tão importantes e tão esquecidos quanto a assinatura do Tratado de Madri, entre dom João V, de Portugal, e dom Fernando VI, da Espanha. O ano era 1750. Divisor de águas nas relações dos reinos ibéricos, o Tratado de Madri foi estabelecido para revisar o Tratado de Tordesilhas, que séculos antes separara o mundo entre os dois países.

Figura chave para a elaboração do tratado foi o secretário de dom João V, o brasileiro Alexandre de Gusmão, que propusera novos critérios para a delimitação das fronteiras entre os dois impérios. Não mais inutilmente se deveria seguir o meridiano de Tordesilhas, há muito desrespeitado, mas, sim, acidentes geográficos facilmente identificáveis, “como são a origem do curso dos rios e os montes mais notáveis”. E para se chegar a tais limites valeria o princípio do *utis possidetis*, segundo o qual a terra deve pertencer a quem de fato a ocupa.

As fronteiras norte, em Mato Grosso e no Amazonas, foram facilmente estabelecidas. A vasta floresta, escassamente povoada, nunca fora reivindicada. Contudo, no sul, a pendência

era a cidade portuguesa do Sacramento, fundada em 1680, em frente a Buenos Aires, marcando a presença lusa no rio da Prata.

A solução acordada foi entregar aos portugueses o então pouco valioso rio Amazonas e metade do território hoje pertencente ao Rio Grande do Sul, e estabelecer o domínio dos espanhóis no rio da Prata, entregando-lhes o controle da Colônia do Sacramento.

Os dois volumes do *Tratado de Madri*, versão fac-similar da obra de Jaime Cortesão, das Edições Senado, compreendem história, análise e interpretação das relações luso-espanholas nos séculos 17 e 18, além da biografia de Alexandre Gusmão e várias de suas obras. Constituem leitura interessante da política e da cultura do período.



REPRODUÇÃO JS

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Tratado de Madri, em versão fac-similar, integra a Coleção Memória Brasileira, publicada pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.*

## SENADO

## Publicação eletrônica é tema de seminário

O direito autoral, a propriedade intelectual e as publicações eletrônicas serão temas de debate que se realizará no próximo dia 11, no auditório do Interlegis, em Brasília. Estão previstas palestras de Marybeth Peters, diretora do Escritório de Registro de Direitos Autorais dos Estados Unidos, e do advogado Guilherme Carboni, professor da Universidade de São Paulo (USP). Atuará como moderador João Bosco Bezerra Bonfim, consultor legislativo do Senado.

O evento, que terá tradução simultânea, é promovido pelo Centro de Informação e Pesquisa da Embaixada dos Estados Unidos, Biblioteca do Senado Federal e Biblioteca Demonstra-

tiva de Brasília.

Na opinião da diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, o seminário será importante oportunidade de se discutirem as publicações eletrônicas num momento em que os avanços nas tecnologias digitais impõem novos desafios à legislação nacional e internacional sobre direitos autorais.

– Hoje há muitas informações na Internet com mais compromisso com o imediatismo do que com a confiabilidade, a fidelidade e a veracidade. Nem sempre há um conselho editorial para assumir as responsabilidades, como ocorre nas publicações impressas – avalia ela.

Simone acrescenta que é o escritório dirigido por Marybeth

Peters, na Biblioteca do Congresso dos EUA, que trata dos direitos autorais naquele país. A palestrante é representante da Universidade George Washington, membro da Ordem dos Advogados do Distrito de Colúmbia e autora do livro *The General Guide to the Copyright Act of 1976*.

– Ela, sem dúvida, é a maior autoridade dos Estados Unidos sobre o assunto – assegura.

Já Guilherme Carboni é coordenador de Direitos Autorais e Tecnologia da Informação do Instituto de Direito do Comércio Internacional e do Desenvolvimento; coordenador da Comissão de Direitos Autorais da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual; e autor do livro *O Direito de Autor na Multimídia*.

## Canal do Senado lidera audiência sobre CPI

Pesquisa do Instituto Qualibest revelou que 16% das 975 pessoas entrevistadas entre 16 e 26 de julho preferem acompanhar os trabalhos da CPI dos Correios pela TV Senado. A emissora do Legislativo superou os índices conseguidos por alguns noticiários de canais comerciais, como o *Bom Dia Brasil*, da TV Globo (15%), o *Jornal da Noite*, da TV Bandeirantes (11%), e o canal por assinatura Globonews (13%).

De acordo com o gerente de projetos do Instituto Qualibest,

Carlos Humberto Perissé, 87% dos 174 entrevistados que revelaram preferência pela TV Senado assistem à transmissão da CPI dos Correios com interesse ou muito interesse. O envolvimento demonstrado pelos entrevistados chamou a atenção de Perissé, que se disse surpreso com o tempo que muita gente dedica a acompanhar, inclusive ao vivo, as investigações das denúncias de corrupção contra o governo e parlamentares da base aliada.

Outra surpresa de Perissé foi

constatar que o jornal impresso ocupa a terceira posição (55%) entre as mídias citadas para acompanhamento do assunto. Ficou atrás da Internet (59%) e dos telejornais (86%).

O estudo revelou que, enquanto 46% dos entrevistados preferem ler ou ouvir notícias resumidas sobre a CPI dos Correios, 30% não abrem mão de acompanhar a transmissão ao vivo das sessões. Na avaliação dos participantes da enquête, a cobertura jornalística do assunto não apresenta exageros.

## Conheça o Senado



No início do ano, Fernando Bezerra (na cabeça da mesa), então presidente da Comissão de Orçamento, em reunião de trabalho

## Especialistas ajudam parlamentares a examinar matérias orçamentárias

Com o dever constitucional de deliberar sobre os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, o Congresso Nacional conta com especialistas em matérias orçamentárias que prestam serviços de consultoria e assessoramento técnico.

No Senado, a Consultoria de Orçamentos, instituída em 1994 – e que desde 1998 passou a se chamar Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf) –, é composta atualmente por 24 profissionais

que atendem aos senadores, às comissões, à Mesa da Casa e, principalmente, à Comissão Mista de Orçamento. Aprovados em concurso público, os consultores elaboram estudos institucionais para o Senado e o Congresso, e preparam minutas de proposições, relatórios e pareceres.

A Conorf é integrada por cinco núcleos, divididos em áreas temáticas como Fazenda e Desenvolvimento, Poderes do Estado e Representação, Justiça e Defesa e Integração Nacional e Meio Ambiente, entre outras.

Atualmente sob a direção do consultor-geral Fábio Gondim Pereira da Costa, a Conorf é conhecida por ser um dos setores de trabalho mais complexos no Senado e exige dos consultores longas horas de análise minuciosa dos projetos de lei na área orçamentária e no assessoramento aos parlamentares.

A Consultoria de Orçamentos trabalha também em parceria com a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, Ministério do Planejamento, Tribunal de Contas da União, Corregedoria Geral da União e Ministério Público.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa  
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici

Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor:

John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



# Conheça os 28 partidos políticos

A única forma de o cidadão ter representação no sistema político-eleitoral brasileiro, hoje, é por meio dos partidos políticos. Daí sua importância para a democracia. Desde a Constituição de 1988, os partidos são entidades de direito privado com completa autonomia na definição de seus aspectos organizacionais. Essa definição, no entanto, mudou muito ao longo da história.

Os primeiros movimentos com características de partidos políticos no país são de 1831, mas os partidos do Império surgiram realmente de 1837 a 1870, e eram chamados de "grupos". Após a proclamação da Repúbli-

ca, em 1889, os partidos tinham âmbito apenas estadual. Só a partir da Revolução de 1930, surgiram agremiações nacionais de conotação ideológica, como a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira. Foi então que, pela primeira vez, a legislação eleitoral fez referência à possibilidade de apresentação de candidatos por partidos ou por alianças, o que durou até o chamado Estado Novo (1937-1945), quando foram proibidos os partidos políticos.

De 1945 a 1964 surgiram efetivamente os partidos políticos com abrangência nacional. Havia 13 legendas. Mas, após o golpe militar de 1964, os parti-

dos foram novamente extintos e, em 1965, foi determinada a criação de duas organizações com atribuições de partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O pluripartidarismo foi restabelecido em 1979 e, com o fim do regime militar, em 1985, vários partidos foram criados e outros saíram da clandestinidade.

Nesta edição de *Especial Cidadania*, conheça os 28 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, saiba como registrar uma legenda e quais as principais mudanças propostas pelos projetos para a reforma política que tramitam no Congresso.



CEDI/CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Constituição de 1988 - promulgada por Ulysses Guimaraes - delimitou a forma de organização dos partidos no Brasil

## Como nasce um partido

O primeiro passo para se criar um partido é obter a assinatura de 101 fundadores, distribuídos em pelo menos nove estados. Em seguida, deve-se registrar a legenda no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esse registro é provisório e se concretiza com o apoio formal da quantidade de eleitores correspondente a 0,5% dos votos dados na última eleição a toda a Câmara dos Deputados, sem os brancos e os nulos. São necessários em torno de 430 mil eleitores para o registro. Cumpridas ainda outras formalidades, o partido participar de eleições, receber dinheiro do fundo partidário e ocupar o horário político no rádio e na TV.

**Legislação** - Regem os partidos políticos: a Constituição (Capítulo V, art. 17), a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95) e resoluções do TSE.

**Fundo partidário** - A Lei 9.096/95 destina parte do Orçamento da União ao conjunto dos partidos políticos que estão em dia com a Justiça Eleitoral. Trata-se do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, também denominado fundo partidário. Além da verba orçamentária, o fundo é composto de doações e recursos da arrecadação de multas eleitorais. A distribuição é feita pelo TSE, proporcionalmente à

representação parlamentar de cada agremiação. Pela lei, 1% do total do fundo é dividido em partes iguais entre todas as legendas com estatutos registrados no TSE. Os outros 99% são distribuídos entre os partidos de acordo com o número de votos recebidos nas eleições para a Câmara dos Deputados.

**Arrecadação** - Além do fundo partidário, os partidos políticos podem receber doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, desde que declaradas na contabilidade da sigla. É vedado aos partidos receber, direta ou indiretamente, verbas de autarquias, fundações públicas e outros órgãos

públicos, de outros países e de empresas estrangeiras.

**Propaganda política** - Os partidos políticos têm direito a propaganda partidária e eleitoral no rádio e na televisão. O tempo de exibição vai depender do número de votos que cada legenda recebeu nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados. A publicidade é gratuita para os partidos, mas não para o erário público, uma vez que as emissoras recebem uma compensação fiscal.

**Isenção tributária** - Os partidos políticos têm imunidade tributária, ou seja, não pagam tributos, conforme o art. 150 da Constituição.

### Verba orçamentária transferida às legendas

Devem ser distribuídos aos partidos, neste ano, recursos da ordem de R\$ 122,2 milhões. Desse total, R\$ 110,5 milhões são do Orçamento da União e o restante de multas eleitorais. Já foram entregues, de janeiro a junho, mais de

R\$ 55 milhões. Por lei, os recursos devem ser utilizados para despesas de manutenção das sedes e serviços dos partidos, alistamento, campanhas e propaganda política. Os partidos devem prestar conta dos gastos à Justiça Eleitoral.

PT	R\$ 11,1 milhões	PDT	R\$ 3,1 milhões	PHS	R\$ 21,7 mil
PSDB	R\$ 8,6 milhões	PL	R\$ 3,1 milhões	PSDC	R\$ 21,7 mil
PMDB	R\$ 8,1 milhões	*PV	R\$ 782 mil	PSTU	R\$ 17,8 mil
PFL	R\$ 8 milhões	PPS	R\$ 535, 2 mil	PCO	R\$ 7, 3 mil
PP	R\$ 4,7 milhões	PCdoB	R\$ 398,4 mil	PRTB	R\$ 3,4 mil
PSB	R\$ 3,2 milhões	PSC	R\$ 21,7 mil		
PTB	R\$ 3,1 milhões	Prona	R\$ 21,7 mil		

\*Inclui complementação de 2003 e 2004. Fonte: TSE.

## Congresso discute reforma política

A reforma política está em discussão no Congresso há mais de dez anos. São cerca de dez projetos em tramitação, com propostas de financiamento público de campanha; cláusulas de barreira; fidelidade partidária; não-coincidência das eleições federais e estaduais; mudança do sistema de representação dos estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados e mudança na forma de escolha dos suplentes de senadores. No dia 21 de junho deste ano, uma proposta de reforma política foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e, se for acolhida pelo Congresso até o próximo dia 30 de setembro, as alterações já valerão para as eleições de 2006.

O projeto, do deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), modifica o sistema de representação, como a mudança no financiamento das campanhas, que passariam a receber apenas recursos públicos, e

a flexibilização da cláusula que veda aos partidos com menos de 5% dos votos em todo país o direito ao programa semestral em rádio e televisão e à participação no fundo partidário.

A Câmara incorporou ao projeto aprovado no Senado a fidelidade partidária, mas rejeitou a verticalização nas eleições, deixando os partidos livres para composições no plano regional. O projeto, que incluiu sistema de votação em lista fechada de candidatos, recebe críticas por flexibilizar a chamada cláusula de barreira, reduzindo de 5% para 2% os votos necessários, computados na Câmara a cada eleição, para um partido ter direito ao fundo partidário e à propaganda em rádio e televisão. A verticalização determina que todas as coligações fechadas em âmbito nacional devem ser seguidas pelos partidos nas instâncias estaduais e municipais.

**Se aprovadas até setembro, alterações vão valer já para as eleições de 2006**

### Informações

- Partido dos Aposentados da Nação (PAN)**  
Tel.: (31) 3221-1924  
<http://www.pan26paulinia.hpg.com.br/index2.htm>
- Partido da Causa Operária (PCO)**  
Tel.: (11) 5587-4670  
[www.pco.org.br](http://www.pco.org.br)
- Partido Comunista Brasileiro (PCB)**  
Tel.: (21) 2262-0855  
[www.pcb.org.br](http://www.pcb.org.br)
- Partido Comunista do Brasil (PCdoB)**  
Tel.: (11) 3054-1800  
[www.pcdob.org.br](http://www.pcdob.org.br)
- Partido Democrático Trabalhista (PDT)**  
Tel.: (21) 2262-8834  
[www.pdt.org.br](http://www.pdt.org.br)
- Partido da Frente Liberal (PFL)**  
Tel.: (61) 3311-4305  
[www.pfl.org.br](http://www.pfl.org.br)
- Partido Humanista da Solidariedade (PHS)**  
Tel.: (61) 3336-3111  
[www.phs31.org.br](http://www.phs31.org.br)
- Partido Liberal (PL)**  
Tel.: (61) 3202-9922  
[www.pl.org.br](http://www.pl.org.br)
- Partido da Mobilização Nacional (PMN)**  
Tel.: (11) 3214-4261  
[www.pmn.org.br](http://www.pmn.org.br)
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)**  
Tel.: (61) 3215-9211  
[www.pmdb.org.br](http://www.pmdb.org.br)
- Partido Progressista (PP)**  
Tel.: (61) 311-3041  
[www.pp.org.br](http://www.pp.org.br)
- Partido Popular Socialista (PPS)**  
Tel.: (61) 3223-0623  
[www.pps.org.br](http://www.pps.org.br)
- Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona)**  
Tel.: (61) 3964-5656  
[www.prona.org.br](http://www.prona.org.br)
- Partido Republicano Progressista (PRP)**  
Tel.: (17) 3234-2468  
[www.prp.org.br](http://www.prp.org.br)
- Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)**  
Tel.: (11) 5052-2719  
[www.prtb.org.br](http://www.prtb.org.br)
- Partido Socialista Brasileiro**

- (PSB)**  
Tel.: (61) 3327-6405  
[www.psbnaconal.org.br](http://www.psbnaconal.org.br)
- Partido Socialista Cristão (PSC)**  
Tel.: (31) 3467-1390  
[www.psc.org.br](http://www.psc.org.br)
- Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)**  
Tel.: (61) 3424-0500  
[www.psd.org.br](http://www.psd.org.br)
- Partido Social Democrata Cristão (PSDC)**  
Tel.: (11) 3023-2727  
[www.psd.org.br](http://www.psd.org.br)
- Partido Social Liberal (PSL)**  
Tel.: (61) 3322-1721  
[www.psl.org.br](http://www.psl.org.br)
- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)**  
Tel.: (11) 3105-6316  
[www.pstu.org.br](http://www.pstu.org.br)
- Partido dos Trabalhadores (PT)**  
Tel.: (11) 2343-1327  
[www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)
- Partido Trabalhista Cristão (PTC)**  
Tel.: (21) 3974-3523
- Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB)**  
Tel.: (61) 3248-1929  
[www.ptdob.com.br](http://www.ptdob.com.br)
- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)**  
Tel.: (61) 32101-1414  
[www.ptb.org.br](http://www.ptb.org.br)
- Partido Trabalhista Nacional (PTN)**  
Tel.: (21) 2532-6629  
[www.ptn-nac.com.br](http://www.ptn-nac.com.br)
- Partido Verde (PV)**  
Tel.: (61) 3322-9512  
[www.pv.org.br](http://www.pv.org.br)
- Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)**  
Tel.: (61) 3225-8322  
[www.psol.org.br](http://www.psol.org.br)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

